

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A  
PARTIR DE 1990 FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO NO  
FINAL DO SÉCULO XX**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia

Por: Laura Bertuzzi

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras-chaves: 1. Trabalho  
2. Mercado de Trabalho  
3. Brasil  
4. Globalização

Florianópolis, fevereiro de 2007.

**LAURA BERTUZZI**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A  
PARTIR DE 1990 FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO NO  
FINAL DO SÉCULO XX**

Esta monografia foi julgada adequada e a Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 a estudante Laura Bertuzzi na disciplina CNM 5420 – Monografia.

EXAMINADORES:

---

Prof. Helton Ricardo Ouriques (Presidente).

---

Prof. Lauro Mattei (Membro).

---

Prof. Marcos Valente (Membro).

Aprovada em: 14 de março de 2007.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Deolinda, o maior exemplo de força e dedicação que eu poderia ter tido em toda minha vida, que tanto se esforçou para que eu chegasse até aqui. A meu pai, que não pode acompanhar-me durante toda a minha jornada, mas que sei que de algum lugar ainda torce por mim. A meu irmão, Daniel, que foi muito mais que um amigo e um exemplo pra mim. Também agradeço a minha amiga-irmã Luísa, por ter sempre me compreendido e ajudado em minhas escolhas. A minha amiga Luana, por ter me ensinado de que é feita uma amizade verdadeira. Aos meus colegas e amigos Carol, Eduardo, Ricardo e Maikel por terem me acompanhado por toda a trajetória na Universidade, e com quem dividi os momentos mais memoráveis dentro da Universidade. As minhas amigas e sempre “roomates” Fabi e Aline, que apesar do pouco tempo de convivência, já se tornaram parte da minha vida. Aos meus tios Benito e Mariazinha, que tanto acreditaram em mim e ajudaram no início da minha vida universitária. Ao meu orientador, professor Helton, que pacientemente me ajudou com este trabalho. Agradeço a toda a Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de estudar num lugar incrível como este.

Agradeço a todos os outros amigos e colegas de trabalho que tanto contribuíram para a minha formação. A todos, o meu muito obrigada, do fundo do coração.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>viii</b>
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Problema de Pesquisa.....	9
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivos Gerais.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos .....	10
1.3 Metodologia .....	11
1.4 Estrutura da Monografia.....	11
<b>CAPÍTULO II – AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX .....</b>	<b>12</b>
2.1 Introdução .....	12
2.2 O Processo de Globalização .....	12
2.3 Da produção em massa à produção flexível .....	15
2.4 A Revolução Informacional.....	20
<b>CAPÍTULO III – O MERCADO DE TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX... 23</b>	
3.1 Introdução .....	23
3.2 Aspectos gerais do mercado de trabalho no final do século XX .....	23
3.2 O aumento do desemprego estrutural.....	30
3.2 Flexibilização e Precarização.....	32
3.3 Expansão do setor de serviços .....	34
3.4 O aumento da participação feminina no mercado de trabalho.....	38
<b>CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DE 1990 A 2005 .....</b>	<b>41</b>
4.1 Introdução .....	41

4.2 O cenário econômico Brasileiro na década de 90 e a inserção do país no mundo globalizado.....	41
4.3 Aspectos gerais do mercado de trabalho no Brasil .....	47
4.4 A informalidade no mercado de trabalho brasileiro.....	51
4.5. A evolução setorial do emprego no Brasil.....	54
4.6. A evolução da PIA, da PEA e do emprego feminino no Brasil.....	57
<b>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> A evolução do desemprego em países e anos selecionados.....	30
<b>Gráfico 2:</b> A estrutura ocupacional no mundo em 1950 e 1998.....	35
<b>Gráfico 3:</b> A estrutura ocupacional nos países desenvolvidos em 1950 e 1998.....	35
<b>Gráfico 4:</b> A estrutura ocupacional nos países em desenvolvimento em 1950 e 1998.....	35
<b>Gráfico 5:</b> Evolução dos índices do PIB, dos investimentos (FBCF) e do emprego formal (1980 – 100,0).....	48
<b>Gráfico 6:</b> Evolução da taxa de desocupação segundo escolaridade.....	49
<b>Gráfico 7:</b> Grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.....	53
<b>Gráfico 8:</b> Evolução mensal do grau de informalidade: setor de serviços e indústria de transformação (em %)......	54
<b>Gráfico 9:</b> Distribuição da população ocupada segundo grandes setores no Brasil em anos selecionados.....	55
<b>Gráfico 10:</b> Variação acumulada da PIA, PEA, ocupados e desocupados no Brasil entre 1992 e 2004.....	58
<b>Gráfico 11:</b> PEA total, masculina e feminina entre 1992 e 2004 (em 100.000).....	58
<b>Gráfico 12:</b> Taxas de variação da PEA.....	59
<b>Gráfico 13:</b> Evolução da taxa de desocupação segundo gênero.....	60
<b>Gráfico 14:</b> Rendimento médio mensal real dos trabalhadores por gênero.....	60

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Variação do PIB e do PIB per capita entre 1990 e 1995.....	45
<b>Tabela 2:</b> Evolução do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no período de 1990 a 2005.....	46
<b>Tabela 3:</b> Participação na ocupação por nível de escolaridade.....	50
<b>Tabela 4:</b> Participação dos ocupados no Brasil segundo posição na ocupação (em %).....	52
<b>Tabela 5:</b> Grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.....	53
<b>Tabela 6:</b> Ocupados segundo os setores de atividade em percentagem.....	55

## RESUMO

BERTUZZI, Laura. **As Transformações Do Mercado De Trabalho Brasileiro A Partir De 1990 Frente Às Transformações Do Capitalismo No Final Do Século XX.** 2007, 67 páginas. Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Com o esgotamento do modelo fordista-taylorista, a partir da década de 70, introduz-se nas economias desenvolvidas um novo padrão, a produção flexível. Este novo padrão, baseado no advento das tecnologias da informação e comunicação, desencadearam um maior grau de interdependência entre as economias, a chamada globalização. Todas estas transformações causaram fortes impactos sobre o mundo do trabalho, aumentando a precarização das ocupações e a insegurança dos trabalhadores. Nos países em desenvolvimento, como no Brasil, tais transformações chegaram mais tarde e intensificando-se na década de 90. O presente trabalho pretende verificar as tendências do mercado de trabalho brasileiro a partir de 1990, quando o processo de reestruturação produtiva fica mais evidente. Para se obter tais resultados, foi realizada uma revisão teórica acerca das principais transformações do capitalismo e do mundo do trabalho desde 1970 e também do cenário econômico brasileiro na década. Após, através de dados estatísticos, levantados principalmente junto a PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios) foi possível identificar as principais transformações do mercado de trabalho no país. O trabalho conclui que a exemplo do que acontece nos países desenvolvidos, no Brasil podem ser observados fenômenos como a precarização do trabalho, aumento do trabalho informal, maior número de ocupações no setor de serviços, maior participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, as causas desses fenômenos podem não ser as mesmas daqueles países. Além disso, também é possível concluir que desde 2001, a tendência de aumento do desemprego e menor participação relativa do emprego formal apresentaram moderada reversão.

Palavras-chave: Trabalho, Mercado de Trabalho, Brasil, Globalização.



## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

### 1.1 Problema de Pesquisa

O período que compreende as últimas décadas do século XX e o início do século XXI é caracterizado por um conjunto de transformações econômicas que afetam toda a sociedade, nos seus mais diferentes aspectos. O processo de globalização, bem como o advento das novas tecnologias de informação se encontra no cerne dessas transformações, implicando em irreversíveis mudanças nas relações e modo de organização da economia, política e das próprias relações sociais.

A chamada Revolução Tecnológica, iniciada na década de 70, aliada ao colapso do modelo fordista de produção, introduziu novas tecnologias de informação e comunicação que permitiram uma reorganização dos agentes econômicos, formando assim, um novo cenário econômico. Desde então, as economias de todo o globo se tornaram (e estão se tornando) cada vez mais interdependentes. As desregulamentações comerciais e financeiras, bem como a abertura econômica se intensificaram. As empresas avançam na internacionalização de sua produção e buscam modelos de organização da produção mais flexíveis a fim de se defender contra o acirramento da concorrência internacional. O conhecimento e a informação aparecem como matérias-primas necessárias à produtividade, constituindo importante fonte de valor.

Tanto o processo de reestruturação produtiva e globalização, como o surgimento das novas tecnologias da informação têm tido impactos significativos no mercado de trabalho em todo o mundo. Uma das tendências observadas nas últimas décadas, em especial nos países desenvolvidos, e já discutidas por vários autores, é o declínio do nível de emprego na indústria e no campo em contraposição ao aumento do nível de emprego nos setores de serviços. Observa-se ainda o aumento da informalidade no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que fenômenos como a terceirização e subcontratação de trabalhadores e a maior flexibilidade da jornada de trabalho e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho alcançam maiores dimensões.

A economia brasileira também sofreu transformações nas últimas décadas. As mudanças na economia e no mercado de trabalho se deram, sobretudo na década de 90, com o maior grau de abertura comercial e financeira e maior estabilidade econômica alcançada com o Plano Real a partir de 1994. No mercado de trabalho brasileiro, observa-

se tendência de aumento das taxas de desemprego e também no aumento do emprego informal em relação ao formal no período em questão, além da maior participação das ocupações do setor de serviços nas ocupações totais.

Torna-se assim relevante verificar as transformações do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos.

Diante do advento das tecnologias de informação e de tantas modificações econômicas e sociais em todo o mundo, como o mercado de trabalho mundial seria afetado? Quais seriam os impactos no mercado de trabalho brasileiro?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivos Gerais**

- ‖ Verificar as transformações no mercado de trabalho brasileiro de 1990 a 2005, frente ao contexto econômico do período e às transformações no mercado de trabalho de países desenvolvidos decorrentes da Revolução Tecnológica, da globalização e da reestruturação produtiva.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- ‖ Identificar as principais transformações econômicas ocorridas na economia mundial e brasileira nas últimas décadas decorrentes da incorporação das novas tecnologias ao processo produtivo e a globalização.
- ‖ Identificar as transformações ocorridas no mercado de trabalho mundial nas últimas décadas.
- ‖ Verificar e analisar as transformações no mercado de trabalho brasileiro de 1990 a 2005, relacionando-as com as transformações tecnológicas do processo produtivo e a globalização.

### **1.3 Metodologia**

Este estudo requer uma revisão de literatura e pesquisa bibliográfica sobre a temática do trabalho no capitalismo contemporâneo. Além da revisão teórica baseada em obras e artigos de diversos autores e pesquisadores, serão levantadas estatísticas sobre trabalho e emprego junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ao Ministério do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, serão feitas consultas aos textos para discussão disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Cabe ressaltar, sobre a PNAD, a principal fonte estatística deste trabalho, que não há dados para os anos de 1994 e 2000, devido à realização do Censo, que dá a base para a pesquisa. Quanto a sua metodologia, é preciso alertar que, como os cálculos estatísticos utilizados têm base no Censo, o erro amostral é maior conforme distanciamos-nos do ano do último Censo.

### **1.4 Estrutura da Monografia**

Este trabalho será dividido em quatro capítulos, além dessa introdução. O segundo capítulo contará com uma revisão teórica acerca das transformações econômicas ocorridas a partir do último quarto de século, mais especificamente o processo de globalização, a introdução de um novo modo de organizar e gerenciar a produção e a Revolução Informacional. O terceiro capítulo abordará os principais impactos dessas transformações e tendências no mercado de trabalho global.

No quarto capítulo será feita uma breve revisão teórica sobre a economia brasileira a partir da década de 90. Segue uma discussão com base na bibliografia já existente acerca do mercado de trabalho brasileiro e suas transformações. Ainda neste capítulo, serão analisados dados empíricos acerca do mercado de trabalho brasileiro, com base em dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), procurando verificar se as tendências do mercado de trabalho global se aplicam ao mercado de trabalho brasileiro.

## CAPÍTULO II – AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX

### 2.1 Introdução

As três últimas décadas do século XX são marcadas por transformações de extrema importância ao sistema capitalista mundial. O objetivo deste capítulo é identificar as principais transformações econômicas no período que podem exercer algum tipo de influência nas alterações sofridas pelo mercado de trabalho brasileiro. Será discutido, primeiramente, o *processo de globalização*, ou o processo de aceleração da internacionalização da economia. Este processo está diretamente relacionado à *desestruturação do processo produtivo fordista-taylorista*, ou produção em massa, e conseqüente surgimento de um processo de produção flexível, e a ao surgimento de novas tecnologias da informação e comunicação a partir de 1970. O primeiro será tratado na seção seguinte, e, por fim, será discutida a *revolução informacional*.

### 2.2 O Processo de Globalização

O final do século XX é marcado por importantes transformações no sistema capitalista mundial. As transformações não implicam na alteração da essência do modo de produção capitalista, ao contrário, reforçam suas características ao intensificar o seu caráter mundial (Gorender, 1997). É este processo gradual de intensificação da mundialização das economias que se chama de globalização. O termo globalização designa a crescente integração dos mercados, dos transportes e dos meios de comunicação em detrimento das economias nacionais. (Sandroni, 2002).

De acordo com Coutinho, a globalização é um processo fluido e repousa na interface de três fenômenos distintos: as relações econômicas tradicionais entre nações resultantes do comércio internacional; as atividades de empresas multinacionais em mercados extrafronteiras; e os mercados financeiros e monetários propriamente globais que surgiram nos anos 60 e ganharam importância nos anos 70 e 80. (Coutinho, 1995).

Segundo Harvey, a globalização pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político (2004). Considerando-a um processo, o autor aponta que a globalização não chegou a sua condição final, ou seja, que ela continua ocorrendo.

Desde o seu surgimento, o capitalismo se revela como modo de produção internacional, ultrapassando as fronteiras geográficas, históricas, culturais (Ianni, 1999). O processo de globalização é, portanto, um processo antigo. Como Harvey aponta, desde antes do século XIV, já florescia a internacionalização das trocas e do comércio entre os Estados (2004). O autor explica que o capitalismo sempre usou da reorganização geográfica para sobreviver e superar as suas crises:

“Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior. Se, portanto, a palavra “globalização” significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase de exatamente esse mesmo processo intrínseco da produção capitalista de espaço”. (2002, p.81).

O processo de globalização é indissociável de outros processos ocorridos no final do século XX: a emergência do neoliberalismo como política econômica predominante e o surgimento de novas tecnologias da informação e comunicação. O neoliberalismo só pôde emergir como política prevalecente das economias capitalistas nesse final de século em decorrência da crise do sistema de produção fordista-taylorista de produção e da crise do Estado de bem-estar e das políticas desenvolvimentistas. O neoliberalismo teve sua origem teórica nas teses de Friedrich von Hayek e Milton Friedman, que já defendiam suas idéias básicas na década de 40 e de 60. Os pensadores defendiam a redução da ação do Estado na economia a favor das forças de mercado (Pochmann, 2002). Na década de 70, com a crise econômica mundial decorrente da fragilização do sistema monetário e da crise do padrão de industrialização norte-americano, surge um período de incertezas e de questionamento das políticas econômicas adotadas até então. Foi no final da década que as teorias neoliberais ganharam força com as sucessivas vitórias de governos de direita nos países desenvolvidos (cabe destacar a vitória de Margareth Thatcher como primeira ministra no Reino Unido e de Ronald Reagan a presidência dos Estados Unidos), rompendo com as políticas de integração social do pós-guerra e logo se difundindo a outros países (Pochmann, 2002).

A tendência liberalizante seguida desde então desencadeou políticas de juros altos, a contração monetária, a desregulamentação dos mercados de trabalho, do comércio externo e, principalmente, a desregulamentação financeira, a alteração do papel do Estado e a privatização. Tais políticas obtiveram alguns sucessos, como o combate à inflação e em certa medida a estabilização econômica. No entanto, cabe destacar que a política neoliberal trouxe resultados negativos, como o aumento da pobreza e desigualdade social.

A partir dos anos 70 também se constituiu um mercado financeiro internacional, não submetido a qualquer controle público. (Singer, 1998). Pode-se falar da emergência de um sistema financeiro global e descentralizado, iniciado com a desregulamentação financeira nos Estados Unidos. As condições financeiras do capitalismo se tornam, assim, cada vez mais voláteis.

No mundo globalizado, não apenas o sistema financeiro se torna global, como também os mercados de produtos e de trabalho. As fronteiras uma vez existentes entre os mercados foram derrubadas graças às novas tecnologias da informação e de transportes, que permitem ajustes na localização da produção. Ao mesmo tempo, permite-se que as fronteiras entre os mercados sejam reduzidas, acirrando-se a concorrência, que agora é global.

Outra importante característica da globalização atual é a perda relativa de poder do Estado. As organizações e empresas transnacionais surgem como novos atores no cenário internacional, muitas vezes superando e limitando a atuação do Estado. A perda de poder do Estado diz respeito principalmente a perda de alguns poderes tradicionais de controle de mobilidade de capitais. O Estado deve agora criar um clima favorável aos negócios e atender às exigências de organizações como o FMI (Fundo Monetário Internacional) no que diz respeito às suas políticas econômicas. (Harvey, 2004).

No entanto, de acordo com Harvey, a ação do Estado não é “esvaziada”. O Estado continua sendo essencial na intervenção em certos segmentos da vida político econômica, bem como continua sendo essencial na defesa contra o poder predatório do Estado e na defesa das identidades culturais e étnicas (2004).

Ainda acerca da limitação do poder dos Estados individuais em épocas de globalização, Harvey afirma que “aumentaram as dificuldade do exercício de um poder disciplinador de uma potência central sobre outras potências, assim como aumentaram as facilidades para que potências periféricas se insiram na concorrência capitalista” (2004, p. 95).

As conseqüências de todas essas transformações se refletem socialmente. Percebe-se que se intensificam a desigualdade social e entre as nações, a exclusão social, e o desemprego (Pochmann, 2002; Singer, 1998).

O processo de globalização impôs às empresas que se adaptassem às novas condições do cenário internacional. É neste contexto que surge um novo modo de organização e gerenciamento da produção, que será objeto da seção seguinte.

### **2.3 Da produção em massa à produção flexível**

Até a década de 70, as práticas fordistas foram predominantes na organização da produção. O fordismo é caracterizado pela produção em série de produtos homogêneos e pela redução do trabalho a movimentos simples e mecânicos. A empresa deveria produzir um único produto, e adotar a verticalização, dominando desde as fontes de matérias-primas até o transporte dos seus produtos (Sandroni, 2002). Neste modelo, os trabalhadores ficam alheios à produção, ou seja, o seu trabalho mental não é envolvido na produção e nem há espaço para suas iniciativas próprias.

O modelo fordista de produção foi idealizado por Henry Ford e posto em prática, primeiramente, na indústria de automóveis Ford, nos Estados Unidos, em 1914 (Harvey, 1996, p. 121). O fordismo foi um aperfeiçoamento das idéias do engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, que ficaram conhecidas como taylorismo ou administração científica. Essas idéias buscavam o aumento da produtividade do trabalho fabril através do controle do tempo dos movimentos realizados pelos empregados, que deveria ser o menor possível. Assim, os trabalhadores deveriam trabalhar em posição fixa, enquanto o objeto de trabalho se movia, evitando gastos de tempo no deslocamento dos empregados. Seguindo as idéias de Taylor, Ford introduziu a chamada linha de produção. Na linha de produção, as peças necessárias à produção eram levadas por uma esteira até o trabalhador, que não mais necessitava se deslocar pela fábrica. Além do ganho de produtividade com a redução do tempo de deslocamento, havia ainda o ganho de produtividade com a alta especialização do trabalho, pois cada trabalhador executaria e se especializaria em uma única tarefa (Harvey, 1996).

Segundo Viana, a preocupação de Ford girava também em torno de se precaver contra as adversidades do mercado. Por isso, foi adotada a verticalização da empresa,

dominando todos os passos do ciclo produtivo, da plantação de borracha na Amazônia até o último parafuso. Viana ainda salienta que acentuada divisão do trabalho tinha por objetivo, além do ganho de altas taxas de produtividade, controlar a resistência operária, (Viana, s.d.).

Outra característica do padrão fordista era o princípio de que a produção em massa necessitava de consumo de massa. Foi então que Ford decidiu por dobrar os salários de seus empregados. Foi estabelecido o *five dollar day*, em que os trabalhadores trabalhavam oito horas por dia e ganhavam cinco dólares ao dia. Dessa maneira, os empregados teriam tempo livre e renda suficiente para consumir os produtos produzidos em massa pelas corporações (Harvey, 1996, p.122).

Em suma, o modelo de produção em massa caracterizou-se pela introdução de um trabalho mecânico e rotineiro, onde não havia espaço para iniciativas dos trabalhadores; pela produção em massa e em série de produtos homogêneos; pelo consumo em massa, pela verticalização da produção e pela fragmentação do trabalho.

O padrão de produção fordista, no entanto, enfrentou a resistência dos trabalhadores, que se fortaleceriam por meio de sindicatos. Foi só no pós-guerra que o modelo passou a ganhar forças e se desenvolver com maior homogeneidade nos países industrializados. Além da resistência dos trabalhadores ao trabalho rotineiro e mecanizado, ainda era necessário que as políticas estatais se adaptassem às novas exigências do fordismo.

No auge do fordismo, as transações comerciais internacionais se elevaram (em especial devido às políticas de desenvolvimento da Europa e do Plano Marshall), o padrão de vida das populações melhorou e as crises econômicas foram contidas. Nas palavras de Harvey (1996), “o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total” (p.131). O método de produção foi alterado, e junto com ele, o modo de vida das pessoas.

Após o seu ápice nas décadas de 50 e 60, esse modelo de organização do modo de produção passou a sofrer transformações. A crise econômica capitalista no início da década de 70 acabou impondo que as empresas adotassem medidas para acompanhar as transformações do mercado.

O período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Segundo Harvey (1996), o problema encontrava-se na rigidez desse modelo, como o autor explica:



“Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. .... Por trás de toda a rigidez específica de cada área, estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir a acumulação do capital” (p.135).

Neste período, a instabilidade econômica exige que as empresas mudem suas estratégias de sobrevivência. A fim de assegurar a sua existência no mercado, as empresas adotam novas práticas e métodos de procedimento. No lugar da verticalização do fordismo, as empresas passam a adotar a horizontalização, processos como terceirização e subcontratação intensificam-se. O uso dessas e outras práticas como *kanban*, *just in time*, controle de qualidade total propagaram-se nas empresas e suas redes de fornecedores. (Antunes, 1997).

Essa tendência do surgimento de novos modelos de organização industrial é chamada por Harvey de “acumulação flexível”. Esse processo é caracterizado pelo aparecimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados, mas principalmente por uma grande intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey 1996, p.140).

A acumulação flexível não significa uma ruptura com o modo de produção capitalista, e nem mesmo uma ruptura total com o modo de produção fordista. O que ocorre, é a incorporação de novos métodos de gerenciamento e organização da produção, que se mescla ao já conhecido método fordista-taylorista de produção.

Castells (2000, p.211) explica que “o objetivo principal das transformações organizacionais em várias formas era lidar com a incerteza causada pelo ritmo veloz das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico da empresa, aumentando a flexibilidade em produção, gerenciamento e marketing”.

As mudanças a que Castells se refere são a imprevisibilidade da demanda de qualidade e quantidade e a diversidade de mercados e ao ritmo de transformação tecnológica que tornava os equipamentos de produção com objetivo único obsoletos.

Como resposta à rigidez do sistema de produção fordista, surgem novos métodos de gerenciamento de trabalho. Um desses métodos foi o toyotismo, implementado primeiramente nas empresas automobilísticas japonesas. O toyotismo buscava uma

produção mais flexível, que pudesse se adaptar às incertezas do mercado. Castells sintetiza os elementos mais conhecidos desse modelo de produção:

“Sistema de fornecimento *kan ban* (ou *just in time*), no qual os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores no local da produção, no exato momento da solicitação, e com as características específicas para a linha de produção; ‘controle de qualidade total’ dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de *status* na vida diária da empresa” (2000 p.214).

O toyotismo, como demonstrou o sucesso nas empresas japonesas, projetou-se mundialmente, já que se adaptou às novas condições e exigências do capitalismo mundial.

Importante ressaltar, que o toyotismo não constitui uma ruptura com o fordismo e taylorismo. Como explica Alves (s.d.), “o aspecto original do toyotismo é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista”

O toyotismo então insere novos aspectos a racionalização do trabalho. O novo modelo recusa a produção em massa, a produção passa a ser feita para um mercado mais regional, extinguindo-se a produção em série (Antnes, 1997). Uma importante diferença entre os modelos fordista/taylorista e os modelos de produção flexíveis diz respeito à própria execução do trabalho. Enquanto a produção fordista/taylorista busca a mecanização dos movimentos dos trabalhadores, de modo que eles não interajam com o processo produtivo, no toyotismo abre espaço para que a intelectualidade dos trabalhadores seja explorada, reconhece-se a importância da experiência e dos conhecimentos adquiridos por estes durante o processo produtivo para a incorporação de inovações que possam contribuir com o aperfeiçoamento do processo de produção. O trabalho, portanto, se torna menos rotineiro e mecanizado, ao mesmo tempo em que há a oportunidade de os trabalhadores interagirem diretamente com o processo produtivo.

Além do toyotismo, Castells (2000 p.218) aponta o surgimento de modelos de flexibilidade organizacional caracterizados por conexões entre empresas, como o “modelo de redes multidirecionais posto em prática por empresas de pequeno porte e o modelo de licenciamento e subcontratação de produção sob controle de uma grande empresa”. O primeiro caracteriza-se por relações em rede de empresas pequenas com empresas de maior porte, que encontram mercado. As relações se dão através de intermediários flexíveis.

Como exemplo, temos as pequenas empresas familiares de Hong Kong que entre o final da década de 50 e início dos anos 80 eram subcontratadas por empresas também de pequeno porte para fazer a intermediação da exportação de produtos. (Castells, 2000, p.218). Tal sistema, bastante flexível, incorporava as variações do mercado e aproveitava a possibilidade de situar a produção em diferentes localidades, onde fosse mais vantajoso para o momento.

O “modelo Benetton” é um diferente tipo de rede produtiva. A Benetton, uma malharia italiana multinacional, que tem mais de cinco mil franquias comerciais em todo o mundo para distribuição de seus produtos e controla rigidamente, através de sua central, todo o processo, desde o suprimento de estoque as tendências de cores e formas para o mercado (Castells, 2000, p.219).

O modelo de produção em massa vai sendo substituído por uma produção cada vez mais personalizada e em lotes, ao invés de grandes volumes. Dessa maneira, há maior adaptabilidade e flexibilização das empresas ao mercado. Há mais ganhos de economia de escopo do que de economia de escala, como buscado pelo modo de organização fordista. Ressurgem as pequenas e médias empresas, não tomando o lugar das grandes, mas dividindo espaço.

A verticalização das empresas dá lugar a horizontalização. Como sintetiza Viana: “O modelo é a empresa enxuta, que elimina estoques e esperas, produz exatamente aquilo que pode vender, reduz progressivamente os custos, automatiza-se e se organiza em rede, jogando para as parceiras tudo o que lhe parece descartável” (Viana, s.d.).

Neste processo de reestruturação produtiva, observa-se um grande aumento da produtividade e da competitividade entre as empresas. A concorrência se acentua, tornando-se necessário produzir barato para vender, bem como aumenta a busca por novos nichos de mercado, seja através da invenção de novos produtos e criação de necessidades dos consumidores ou através da invasão de mercados alheios.

A regra para as empresas driblarem a concorrência é a redução de custos. Para tanto, além de investir pesadamente em tecnologia e adotar processos cada vez mais informatizados de produção, as empresas também passam a modificar a sua relação com os seus trabalhadores, adotando cada vez mais frequentemente práticas como a terceirização, flexibilização das relações de trabalho e a sub-contratação.

No cerne dessas transformações está o surgimento das tecnologias da informação. A transformação do modelo de produção só pôde ocorrer porque concomitantemente, surgiam as tecnologias necessárias para que as novas práticas flexíveis se realizassem.

## 2.4 A Revolução Informacional

O processo de globalização e a transição do modelo de produção taylorista-fordista para um modelo de produção flexível, foram apoiados em uma nova revolução tecnológica, concentrada nas tecnologias da informação, iniciada na década de 70. Fica claro que a transformação do modo de organização da produção somente foi possível com o surgimento dos novos aparatos de comunicação e processamento de informação, como explica Castells (2000, p.212): "As novas tecnologias permitem a transformação das linhas de montagem típicas da grande empresa em unidades de produção de fácil programação que podem atender às variações do mercado (flexibilidade do produto) e das transformações tecnológicas (flexibilidade do processo)".

Os impactos econômicos e sociais da Revolução Informacional são, no mínimo, comparáveis àqueles causados pela Revolução Industrial no final do século XVII, e a chamada Segunda Revolução Industrial no final do século XIX no que diz respeito às transformações no padrão de acumulação capitalista. Para Lojkine (1999, p.11), mutação na humanidade decorrente da revolução informacional só é “comparável à invenção da ferramenta da escrita (...) e ultrapassa largamente a da revolução industrial do século XVII”.

A importância da revolução informacional se encontra na transferência para as máquinas de um novo tipo de função cerebral abstrata, que tem como consequência fundamental deslocar o trabalho humano da manipulação para o tratamento da informação (Lojkine, 1996).

Como resposta ao esgotamento e à rigidez do padrão fordista-taylorista de produção, as empresas e governos buscaram alternativas para retomar o crescimento econômico. Obtiveram sucesso os que procuraram desenvolver novas tecnologias de comunicação e informação. Desta maneira, a introdução das tecnologias da informação passa a ter papel central no novo padrão de acumulação estabelecido, possibilitando a retomada do crescimento econômico após o esgotamento do rígido modelo de acumulação anterior.

As tecnologias da informação significam para o novo modelo de acumulação capitalista o que outros insumos energéticos e materiais significaram para as revoluções tecnológicas anteriores. A novidade consiste que na revolução informacional há um ciclo

de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso, ou seja, a informação não é apenas um insumo, mas também é produto direto da produção. Em outras palavras, os produtos resultantes da indústria da tecnologia da informação são a própria informação ou, então, dispositivos para processá-la (Castells, 2000 p.120).

A difusão das tecnologias da informação para as diversas sociedades do globo se deu forma rápida, em menos de duas décadas. Isso ocorre através de uma lógica que é a própria “(...) característica da revolução informacional: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia informação” (Castells, 2000, p.52). No entanto, a rápida difusão das novas tecnologias não significa que todos os segmentos da população tenham acesso à ela. A forma como se dá o controle das tecnologias da informação pelos diferentes países e segmentos da sociedade acabou sendo fonte de desigualdade social (Castells, 2000) e definindo a posição dos países no cenário internacional. (Lastres, 1999).

Conforme já destacado, para as empresas, o surgimento dessas novas tecnologias significou a possibilidade de adotar um processo de produção flexível. Além de possibilitar aumento de produtividade, o que foi percebido em todos os setores da economia, não somente naqueles ligados diretamente às novas tecnologias, as tecnologias da informação e comunicação introduziram novas possibilidades de trabalho. Através do uso dos novos meios de comunicação, tornou-se possível realizar teleconferências, comércio eletrônico dentre outros artifícios que agilizam o processo de produção e diminuem as distâncias geográficas. Da mesma forma, a ampliação dos mercados foi facilitada. As empresas agora podem concorrer em âmbito global, e não apenas regional, de maneira a ampliar os seus negócios.

A ampliação dos mercados, permitida pela introdução das novas tecnologias, levou as empresas a reformularem os seus planos e decisões empresariais. A introdução das novas tecnologias implica em custos para as empresas, que passam a levar em conta outros fatores decisivos para a competitividade, como a oferta e qualificação de mão-de-obra, incentivos fiscais e financeiros. As grandes corporações são levadas a expandir suas fronteiras, independentes das questões geográficas, instalando-se em locais onde a força de trabalho for maior e mais barata. (Agra, 2002).

O novo paradigma informacional acaba por agravar as desigualdades sociais e diferenças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e mesmo entre setores populacionais dentro dos países. Os países com maior nível de qualificação e escolaridade, detentores de um padrão de conhecimento, produção e organização mais elevados, foram

os pioneiros não apenas no desenvolvimento de novas tecnologias de informação, mas também na detenção e no acesso de suas populações às mesmas. Na outra ponta, nos países em desenvolvimento, onde a dotação de conhecimentos, padrões de produção e organização já não são tão elevados, ficam cada vez mais marginalizados, fatos estes agravados pela corrupção, dependência do capital internacional e desestruturação social destes países.

## **CAPÍTULO III – O MERCADO DE TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX**

### **3.1 Introdução**

As novas condições do capitalismo após 1970, o processo de globalização, o surgimento das novas tecnologias da informação e o acirramento da concorrência internacional transformaram substancialmente o mercado de trabalho em todo o mundo.

À medida em que as empresas vão buscando maneiras de se adaptar a essas novas condições, novas tendências são formadas, como a elevação do desemprego em âmbito global, o aumento da precarização e flexibilização do trabalho e a substituição do setor industrial pelo setor de serviços como setor que mais emprega mão-de-obra.

O objetivo desse capítulo é discutir estas transformações e novos fenômenos no mercado de trabalho global. Para tanto, o capítulo se divide em quatro seções. A primeira aborda aspectos gerais do mercado de trabalho após 1970 e a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho. As demais seções abordam as principais tendências, reespectivamente: o aumento do desemprego, a precarização e flexibilização das relações de trabalho, a transformação da estrutura de ocupação por setor da economia e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.

### **3.2 Aspectos gerais do mercado de trabalho no final do século XX**

Na tentativa de se adaptar às novas condições do capitalismo após 1970 e ao acirramento da concorrência internacional, as empresas são obrigadas a adotar novos processos e meios de gerenciar a produção se quiserem continuar no mercado. Este processo de reestruturação produtiva das empresas acaba gerando uma “desordem do trabalho” (Mattoso apud Pochmann, 1999). À medida que novos métodos mais flexíveis de produção são introduzidos, juntamente com as novas tecnologias, que permitem substituir o trabalho humano, aumenta a insegurança no trabalho e o próprio trabalho se

transforma substancialmente. Por um lado, as tarefas rotineiras e repetitivas passaram a ter um menor grau de mecanização e padronização, ao mesmo tempo em que os trabalhadores passam a exercer atividades multifuncionais, interagindo com a produção. Por outro, a taxa de desemprego estrutural cresce a níveis nunca antes vistos e também se observa a intensificação e o surgimento de novos fenômenos no mundo do trabalho.

Entre esses novos fenômenos podemos destacar o aumento do desemprego estrutural, a expansão do setor de serviços, a flexibilidade e instabilidade no emprego e o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho. Tais processos não parecem passageiros. Ao contrário, parecem indicar uma nova dinâmica das relações de trabalho e uma nova divisão internacional do trabalho às quais o trabalhador é obrigado a se adaptar.

Muitas funções e empregos deixam de existir, tendo o seu lugar tomado por máquinas (embora a presença de um operador, por mais avançada a tecnologia, seja indispensável). Tal deslocamento tecnológico é vivenciado nos três setores da economia, embora no setor manufatureiro e fabril em proporções muito maiores. Apenas os setores ligados às novas tecnologias da informação e conhecimento parecem emergir (Rifkin,1995). Por conta disso, os requisitos de nível de escolaridade, as habilidades e a qualificação profissional exigida dos funcionários são cada vez maiores. À medida que as tecnologias da informação são absorvidas pelas empresas e incorporadas aos processos de trabalho, a educação passa a ter papel fundamental para garantir progresso e estabilidade (que é cada vez mais rara) no emprego.

A introdução de processos mais sofisticados de produção exige um alto nível de qualificação da mão-de-obra requerida para o controle das máquinas. Como exemplifica Coutinho:

“Hoje, nenhuma planta industrial de processo contínuo nova e de grande porte prescinde de uma malha completa de automação sob comando de um computador hierárquico de grande escala, e isso modificou completamente a forma de trabalho. Uma planta desse tipo, que necessitava de um grande número de técnicos qualificados para controle do fluxo do processo em cada segmento e de muita engenharia para a otimização, tem hoje tudo feito por computador. Nessas unidades, reduziu-se brutalmente a força de trabalho, que se tornou muito qualificada e fundamentalmente uma força de trabalho de controle de computação. São muito mais engenheiros do que propriamente técnicos” (1994).

Desta maneira, percebe-se que a introdução de equipamentos com maior nível tecnológico na produção acaba por agravar o nível de desemprego, à medida que os



profissionais de chão de fábrica vão sendo substituídos por profissionais melhor qualificados, como programadores de computador e engenheiros.

Acerca da substituição do trabalho humano pelas máquinas, observamos que há duas posições opostas entre os pensadores. Para alguns autores, a transformação do trabalho fabril e das empresas, decorrente da introdução das novas tecnologias, não significa o fim do trabalho. Isto porque, ao mesmo tempo em que inúmeros postos de trabalho nos setores industriais (principalmente) são destruídos, ao redor das atividades tradicionais vão surgindo outras formas de trabalho, geralmente relacionadas às indústrias de altas tecnologias e geralmente no setor de serviços como engenharia de processo, software, integração, ou ainda ligados ao setor de lazer. (Castells, 2000; Antunes, 1997; Coutinho, 1994).

Em vista disso, Pochmann acredita que uma das únicas maneiras do Estado atuar de forma a combater o avanço do desemprego seria através da formação e do constante treinamento profissional (Pochmann, 2001). Uma opinião contrastante a essa é de Rifkin. Baseado em estudos da década de 90, nos Estados Unidos, em que menos de um quinto dos trabalhadores demitidos que haviam sido retreinados conseguiram encontrar um novo emprego, Rifkin<sup>1</sup> acredita que os programas de retreinamento não poderiam funcionar adequadamente, já que os bons empregos existentes, usualmente no setor do conhecimento, exigem elevados níveis de qualificação e conhecimento, enquanto os trabalhadores que estão à procura de emprego são na maioria sem qualificação ou semiqualiificados (Rifkin, 1996, p. 67).

Ainda acerca do combate às adversidades no mundo do trabalho, Mattoso (1996) e Pochmann, (2001) acreditam que os problemas de desemprego, precarização, redução salarial, elevação da jornada, dificilmente poderão ser enfrentados com políticas limitadas ao mercado de trabalho (políticas desreguladoras). É preciso que tais políticas sejam acompanhadas de políticas públicas (não necessariamente reguladoras).

Não é apenas nos países capitalistas centrais onde a absorção da tecnologias da informação é maior que surgem e intensificam as adversidades aos trabalhadores. Como Pochmann (1999) revela “não apenas os trabalhadores nas economias centrais encontram-se em situação adversa. Nas regiões periféricas, acentuam-se os sinais de desestruturação

---

<sup>1</sup> Rifkin apresenta um ponto de vista extremado. O autor acredita no “fim dos empregos”. Seu argumento é de que com o avanço da terceira revolução industrial, e o surgimento de novas tecnologias da informação, processamento de dados, robótica e as telecomunicações, aos poucos, o trabalho humano estaria sendo irreversivelmente substituído pelas máquinas, que teriam custo inferior. Ainda para o autor, apenas um grupo seleto de trabalhadores de alta qualificação seriam necessários à produção, constituindo assim, uma nova elite da sociedade. (Rifkin, 1995).

do mercado de trabalho, com crescente desemprego, desassalariamento e geração de postos de trabalho não-assalariados, geralmente precários”. Tendo em vista a gravidade e amplitude do desemprego das últimas décadas, exacerbam-se as discussões acerca das causas e soluções para o desemprego.

Mészáros (2006, p.29), ao usar como exemplo o aumento do desemprego e da pobreza em diversos países, tanto países capitalistas avançados como em desenvolvimento e ex-socialistas, sugere que estamos diante de uma verdadeira “globalização do desemprego”. O autor vai além e diz que o desemprego não atinge somente a mão-de-obra menos qualificada, mas até os profissionais altamente qualificados.

Com um ponto de vista diferente, porém bastante rigoroso no uso de estatísticas, em sua análise acerca do emprego e do trabalho na nova realidade dos últimos anos, Castells propõe a mudança do enfoque de uma sociedade pós-industrial, para uma sociedade informacional. Isso se deveria ao fato de as principais afirmações das teorias do surgimento de uma sociedade pós-industrial conter algumas ressalvas. A teoria do pós-industrialismo tem por base três afirmações e previsões: “1) a fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimentos, estendidos a todas as esferas da atividade econômica mediante o processamento de informação. 2) A atividade econômica mudaria da produção de bens a prestação de serviços. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego do setor de serviços, que em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada a economia, mais seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços. 3) A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social” (Castells, 2000 p.267)

Castells acredita que o conhecimento como base do crescimento da produtividade foi também uma característica da economia industrial. Por isso afirma que a produção baseada em conhecimentos não é a distinção apropriada entre uma economia industrial e uma pós-industrial. O autor acredita que a nova sociedade informacional maximizará a “produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias de informação” (Castells, 2000, p.268). Sobre a expansão dos serviços, Castells pensa que a indústria não está desaparecendo apesar de que a maior parte das economias avançadas possuem a maioria dos seus empregos em serviços. A indústria continua com o seu importante papel na economia, e embora o emprego industrial decline

nos países desenvolvidos, não é o que vem ocorrendo com os países em desenvolvimento. Acerca da última afirmação, Castells postula que há uma tendência simultânea ao crescimento das profissões ricas em informação, que é o crescimento de profissões em serviços mais simples e menos qualificados. Desta forma, surgiria uma sociedade cada vez mais polarizada, onde as extremidades da estrutura ocupacional crescem, enquanto o meio diminui.

Ainda em sua análise, Castells afirma que não há uma força de trabalho global. Apesar da crescente interdependência das economias e dos crescentes fluxos de capital circulando entre as redes, o trabalho não é capaz de acompanhar o mesmo movimento. O trabalho ainda é, e continuará sendo num futuro próximo, delimitado por instituições, culturas, fronteiras, polícia e xenofobia. Há de fato, uma pequeníssima fração de profissionais altamente especializados que podem se deslocar entre as redes. Os outros trabalhadores sofrem as conseqüências da interdependência da força de trabalho global, seja através do emprego em multinacionais e suas redes, dos impactos do comércio internacional ou dos efeitos da concorrência global e do novo método de gerenciamento flexível (Castells, 2000 p. 300). Os trabalhadores das diferentes partes do mundo estariam se aproximando em níveis de qualificação.

Castells acredita ainda que a tecnologia não seja a responsável pela redução dos empregos, e em longo prazo, seria capaz de criar novos empregos, já que aumentaria a produtividade e a competitividade da empresa. O desemprego seria causado mais em decorrência de políticas macroeconômicas não adequadas do que em decorrência do surgimento das novas tecnologias. Dessa forma, o autor aponta uma redefinição do emprego ao invés de seu fim. Ao analisar as economias avançadas, usando dados acerca dos países do G-7 como base, Castells identifica algumas tendências comuns aos países, o que na sua visão, caracterizaria o emprego na emergente *sociedades informacional*. Os seguintes pontos resumem as tendências encontradas pelo autor nesses países:

- (a) eliminação gradual do emprego rural;
- (b) declínio estável do emprego industrial tradicional;
- (c) aumento dos serviços relacionados a produção e dos serviços sociais, com ênfase sobre os serviços relacionados à produção na primeira categoria e sobre serviços de saúde no segundo grupo;
- (d) crescente diversificação das atividades do setor de serviços como fontes de emprego;

- (e) rápida elevação do emprego para administradores profissionais especializados e técnicos;
- (f) a formação de um proletariado “de escritório”, composto de funcionários administrativos e de vendas;
- (g) relativa estabilidade de uma parcela substancial do emprego no comércio varejista;
- (h) crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional;
- (i) a valorização relativa da estrutura ocupacional ao longo do tempo, com uma crescente participação das profissões que requerem qualificações mais especializadas e nível mais avançado de instrução em proporção maior que o aumento das categorias inferiores (Castells, 2000, p. 293).

Contudo, conforme apresentado pelo próprio autor, as tendências descritas podem apresentar variações de acordo com as instituições, cultura e ambiente político, mesmo entre os países do próprio G-7, que apresentam níveis similares de desenvolvimento. Faz sentido, portanto, esperar que existam também diferenças entre as tendências desses países e aquelas observadas nos países em desenvolvimento.

A estrutura ocupacional de cada país vai depender diretamente da posição relativa dos países no cenário econômico internacional. Alguns autores falam da emergência de uma terceira divisão internacional do trabalho (Pochmann, 1999). A primeira divisão internacional do trabalho se configurou após a Revolução Industrial, no final do século XVIII. Neste período, a divisão se dava pela existência de dois grupos de países, os países industrializados como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Japão e Rússia, exportadores de produtos manufaturados e de mão-de-obra predominantemente urbana e os países periféricos, que exportavam produtos primários e continham mão-de-obra predominantemente no setor agrícola. A segunda divisão internacional do trabalho começa a se configurar a no pós-guerra, com a emergência de um novo quadro político-econômico internacional. Em meio à tensão das relações internacionais durante a Guerra Fria e a descolonização de diversos países da África e Ásia, emergem um conjunto de nações que passam a adotar o padrão de industrialização norte-americano e produzir e até exportar produtos manufaturados, embora, em menor grau que nos países centrais, grande parte de suas economias continuam dependentes da produção de produtos primários e sem haver repartição das riquezas geradas entre os segmentos internos da população.

A terceira divisão internacional do trabalho se configura a partir de 1970, em função da globalização financeira e da reestruturação produtiva das empresas. Nesse período, o acirramento da concorrência favorece a formação de oligopólios empresariais, tanto no setor produtivo quanto no financeiro e no bancário. Há ganhos em produtividade, não favorecendo a geração de novas ocupações e, ainda, pela política de contenção de custos das empresas, favorecendo o aumento da precarização das ocupações. No comércio internacional, percebe-se que o comércio entre empresas tende a superar o comércio entre nações e que as economias periféricas deixam de ganhar tratamento especial com o direito ao uso de proteções tarifárias (Pochmann, 2001). Além disso, o Investimento Direto Externo (IDE) global continua se direcionando para as economias centrais, ainda que tenha havido um pequeno aumento no IDE destinado às economias em desenvolvimento. (Pochmann, 2001).

A partir da década de 70, o processo de expansão de empresas multinacionais se intensificou. Para as economias que não faziam parte do centro capitalista, a estratégia colaborou com os esforços de industrialização. Para as grandes empresas, “constituiu uma nova alternativa de multicolonialismo renovado, como forma de construção de vantagem competitiva por parte das grandes empresas” (Pochmann, 2001, p.29). As oportunidades de investimentos não mais ficaram restritas pelo espaço geográfico. Ampliaram-se as possibilidades de decisão das empresas em relação à localização das suas atividades produtivas que não exigem elevado nível de qualificação do trabalhador, sendo a escolha feita conforme o custo de mão-de-obra e incentivos governamentais das diferentes localidades no globo. No intuito de atrair investimentos das grandes corporações os países periféricos esforçam-se em criar condições favoráveis às empresas, muitas vezes aceitando o programa de organizações como Fundo Monetário Internacional e o BIRD, que acabam por reduzir o custo da mão-de-obra (Pochmann, 2001).

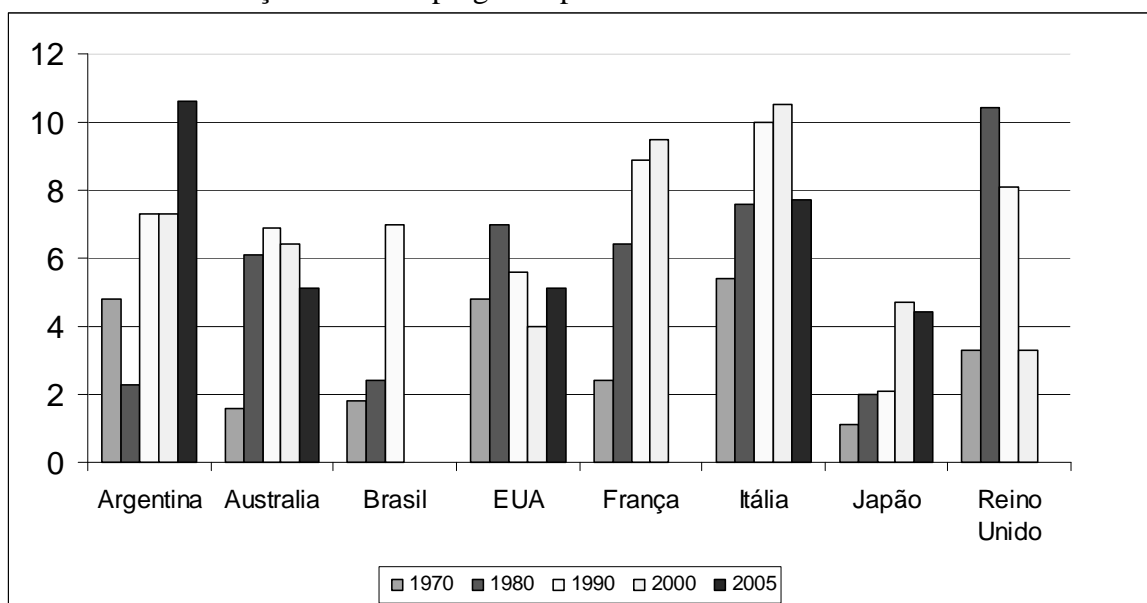
Dessa forma, a estrutura ocupacional dos países se transforma. Os países capitalistas avançados tendem a concentrar a grande maioria de sua mão-de-obra no setor de serviços. Esses países concentram as atividades de comando, de pesquisa e tecnologia, criação dos produtos e comercialização. Enquanto isso, as atividades que agrícolas e as atividades menos complexas do setor industrial são deslocadas aos países periféricos. As atividades concentradas nesses países, são de baixa qualificação e possuem menor custo de trabalho e condições mais flexíveis e precárias de trabalho.

### 3.2 O aumento do desemprego estrutural

O desemprego é provavelmente o aspecto mais visível da recente “desordem do trabalho”. Provavelmente pela dimensão do número de desempregados, que cresce a cada dia. Estima-se que um terço das PEA mundial está desempregada (OIT), sendo que a maior parte dos mais de 191 milhões de desempregados tem entre 15 e 24 anos (OIT). O aumento do desemprego, embora com especificidades de cada país, atinge tanto as economias capitalistas avançadas quanto os países em desenvolvimento.

O gráfico seguinte mostra a evolução do desemprego em oito países selecionados, incluindo dois países em desenvolvimento, Argentina e Brasil. Em geral, percebe-se que o nível de desemprego em 1980 na maioria dos países. Nos anos 90 e 2000, manteve-se em patamares elevados, embora nos EUA e no Reino Unido tenha apresentado uma redução significativa. Em 2005, para os países que tinham os dados disponíveis, percebemos uma pequena redução no desemprego, exceto na Argentina, onde o índice deu um grande salto.

**Gráfico 1:** A evolução do desemprego em países e anos selecionados.



**Fonte:** OIT, elaboração da autora.

Segundo Pochmann, o desemprego é um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação do capital, no entanto, há alguns novos elementos que tornam o desemprego nas últimas décadas diferenciado (1999). Segundo o autor, a diferença se encontra na reação política adotada pelo Estado até 1970. No pós-guerra, as economias capitalistas

avançadas estariam altamente comprometidas com o pleno emprego. Além de políticas de ampliação do gasto social e do nível do emprego público, o Estado se comprometia com aqueles que não tinham emprego, através de inúmeras políticas sociais (Pochmann, 1999; Mattoso 1996). Ao mesmo tempo, nesses países, a economia apresentava resultados satisfatórios, e mesmo o avanço tecnológico não se mostrava perverso para a geração de empregos (Pochmann, 1999, p. 40).

Nas últimas décadas, a situação se inverte, o Estado passa a trocar as políticas econômicas anteriormente adotadas por políticas econômicas de cunho neoliberal, priorizando a estabilização econômica ao invés do pleno emprego. Além disso, o perfil do desempregado nos últimos anos mudou. Nos países capitalistas centrais, as mulheres, jovens, negros, imigrantes e velhos passaram a ser parte significativa das estatísticas daqueles que estão à procura de emprego (Pochmann, 1999).

Singer observa que em todas as revoluções tecnológicas observou-se desemprego tecnológico. No entanto, a segunda revolução tecnológica também gerou novos produtos de consumo que contribuíram para o prolongamento da vida humana. Assim o consumo cresceu mais do que a produtividade, absorvendo maior quantidade de força de trabalho do que a de trabalhos perdidos. Não que não houvessem calamidades sociais, mas estas foram amenizadas pelo compromisso do governo em manter o maior nível de emprego possível (Singer, p17, 1998). Para este autor, a diferença entre o desemprego recente e o observado em períodos históricos encontra-se na quantidade de criação dos novos produtos entre segunda e a terceira revolução industrial. Na última, a maioria dos produtos novos é relacionada ao entretenimento. No entanto, para usufruí-los é preciso que se tenha tempo, o que é cada vez mais difícil com o aumento da jornada de trabalho. Ainda, o aumento da produtividade barateia os produtos, expandindo o consumo, mas não o suficiente para compensar os empregos que foram perdidos (Singer, 1998).

Embora as economias mundiais tenham apresentado um crescimento razoável e um elevado crescimento na produtividade, não se foi capaz de impedir o aumento do desemprego. Nesse quadro de agravamento do desemprego, o processo de reestruturação produtiva aparece como grande vilão. Segundo Alves:

“Constatamos, de modo claro, o crescimento da produção industrial, sob os auspícios do complexo de reestruturação produtiva. Entretanto, ele ocorre sem o incremento do emprego (é o denominado *jobless growth*, que surge, seja nos países capitalistas centrais, seja no Terceiro Mundo industrializado). Na verdade, o imperativo do capitalismo mundial é, cada vez mais, introduzir novas tecnologias microeletrônicas e novos padrões organizacionais vinculados à lógica do toyotismo (a *lean production*), não apenas na indústria, mas no setor de serviços (inclusive os vinculados à reprodução social), que tendem a não possuir mais a capacidade de absorver a parcela de trabalhadores assalariados que estão a procura de empregos” (s.d.)

Apesar das discordâncias de estudiosos acerca das causas e soluções para o aumento do desemprego, é consenso que os poucos postos de trabalho gerados são, usualmente, precários, acompanhados de baixo nível salarial, baixa qualificação (Rifkin, 1995; Pochmann, 1999) e na sua maioria não oferecem as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo (Singer, 1999).

### **3.2 Flexibilização e Precarização**

Como já foi dito, a reestruturação produtiva a partir de 1970 acarretou profundas mudanças no mercado de trabalho. As empresas, agora tendo que competir num mercado cada vez mais acirrado, acabaram por adotar medidas para redução de seus custos, incluindo a imposição de contratos de trabalho mais flexíveis. Na prática, isso significa para os trabalhadores, um aumento na jornada de trabalho anual, aumento do trabalho em tempo parcial ou temporário, subcontratação, entre outras engenhosidades que buscam retirar direitos e conquistas dos trabalhadores sob a alegativa de o setor produtivo se tornar mais produtivo (Santiago, 2004).

A flexibilização dos contratos de trabalho é considerada uma maneira de combater o desemprego. No entendimento de Vasapollo (2006 p.45) há diferentes tipos de flexibilidade: a flexibilidade salarial, de horário ou funcional. Na concepção do autor, flexibilidade pode ser entendida como a liberdade da empresa para despedir parte de seus funcionários, sem penalidades, ou de ajustar o horário de trabalho de acordo com a flutuação da produção; a faculdade da empresa pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais ou para participar da concorrência internacional; a liberdade da empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana conforme sua conveniência, mudando os horários e as características; a liberdade



das empresas de contratar empresas externas para realizar parte de sua atividade; e, por fim, a possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, em tempo parcial, subcontratado ou outras modalidades de trabalho atípico, reduzindo o pessoal efetivo dentro da empresa.

A tendência é de que as empresas prefiram, ao invés de contratar uma equipe inteira para a realização de determinado serviço, que esta equipe constitua uma pequena firma prestadora do serviço. Desta maneira, a empresa se livra do pagamento das horas mortas de trabalho e paga as horas extras, quando há necessidade de expandir a força de trabalho. A equipe teria liberdade de ter outros clientes, mas a empresa também teria a liberdade de contratar outros prestadores de serviços (Singer, 1999).

Vista dessa maneira, a flexibilidade só traria benefícios às empresas, que ganhariam novos graus de liberdade, enquanto os empregados perderiam a segurança no emprego. Para Harvey (1996), isso não se confirma na sua totalidade. A flexibilidade dos contratos de trabalho pode ser benéfica também aos trabalhadores, mas em geral, no que diz respeito ao nível de salários, direitos de pensão e segurança no emprego, a flexibilidade não parece ter aspectos positivos.

Alves (s.d) chama a precarização do trabalho de “subproletarização tardia”. Para o autor, o fenômeno é tão importante quanto o desemprego estrutural, e é um aspecto dissimulado da nova exclusão social. Ele coloca que é comum que o tema do desemprego se sobreponha ao da “subproletarização”, ocultando-a como um dos maiores problemas das últimas décadas.

No novo quadro de acirramento da concorrência, a flexibilização e precarização (ou a subproletarização tardia) vêm a se adequar à lógica da acumulação flexível. De acordo com o método de gerenciamento da produção *just in time*, é indesejável, para a empresa, manter estoques desnecessários. Dessa maneira, a empresa procura adequar o seu estoque de mão-de-obra as flutuações do mercado (Alves, s.d).

A força de trabalho dentro das empresas torna-se mais segmentada. É possível identificar diferentes grupos de trabalhadores. Harvey constrói uma tipologia desses grupos em uma empresa. Em seu modelo, existe um grupo central de assalariados que gozam de maior estabilidade no emprego, mas em contrapartida, devem ser trabalhadores flexíveis, que se adaptam às necessidades da empresa e que disponham de mobilidade geográfica. No entanto, para evitar os potenciais custos de dispensa dos funcionários em épocas de crise, a empresa é levada a subcontratar mesmo para as funções de alto nível, mantendo um núcleo de gerentes relativamente pequeno (Harvey, 1996). Há também uma periferia de

trabalhadores, subdivididos em dois grupos distintos: o primeiro formado por “trabalhadores empregados em tempo integral, com habilidades facilmente disponíveis no mercado” e que apresenta alta rotatividade no trabalho. Entre estes trabalhadores pode estar secretárias, pessoal do setor financeiro, ou de áreas de trabalho rotineiro e manual menos especializado. No outro grupo da periferia da força de trabalho incluem-se os empregados em tempo parcial, empregados casuais, empregados com contratos por tempo determinado, temporários subcontratados, e treinados com subsídio público. Este grupo tem ainda menos segurança do que o primeiro e vem crescendo nos últimos anos. (Harvey, 1996).

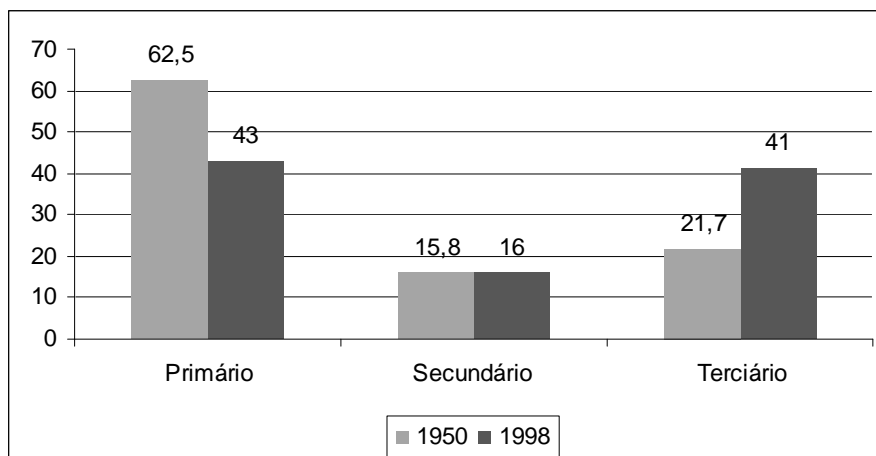
A precarização do trabalho assalariado sob a mundialização do capital se verifica em todos os setores da economia, não só no setor fabril, onde a redução do número de empregos por conta da substituição do trabalho humano por máquinas é mais evidente.

No crescente setor de serviços se verifica a existência de uma camada de empregados de baixa qualificação, e a emergência de serviços de maior qualificação, geralmente ligados às áreas de tecnologias da informação ou relacionados ao lazer e turismo.

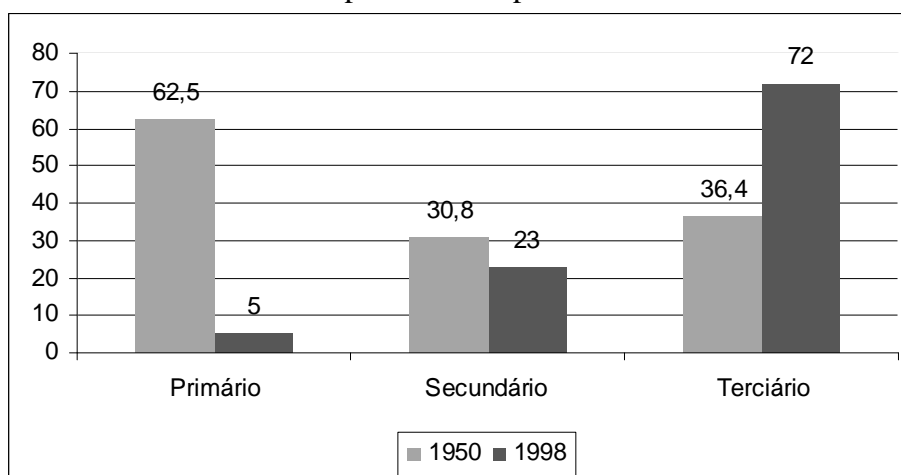
### **3.3 Expansão do setor de serviços**

Verificou-se, nos últimos anos, um expressivo aumento da participação das ocupações no setor de serviços na ocupação total em inúmeros países, principalmente nos países capitalistas centrais. Nos países desenvolvidos, o setor terciário da economia começou a se expandir no pós-guerra, porém a partir dos anos 70 o processo se intensificou e ficou mais evidente. (Harvey, 1996 p. 148).

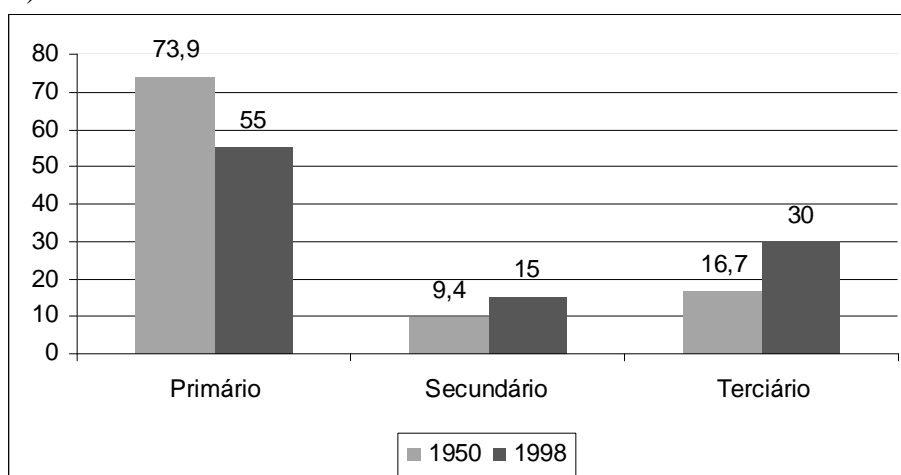
Os gráficos a seguir mostram a diferença entre a estrutura ocupacional mundial em 1950 e 1998 no mundo, nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.

**Gráfico 2:** A estrutura ocupacional no mundo em 1950 e 1998 (em %).

Fonte: POCHMANN, 2001, elaboração da autora.

**Gráfico 3:** A estrutura ocupacional nos países desenvolvidos em 1950 e 1998 (em %)..

Fonte: POCHMANN, 2001, elaboração da autora.

**Gráfico 4:** A estrutura ocupacional nos países em desenvolvimento em 1950 e 1998 (em %).

Fonte: POCHMANN, 2001, elaboração da autora.

Observamos que o setor terciário aumentou expressivamente na composição da estrutura ocupacional em todos os grupos de países. Contudo, nos países desenvolvidos, o setor oferece mais de 70% dos empregos em 1998, enquanto nos países em desenvolvimento, o setor primário continua sendo o setor que mais emprega, ocupando pouco mais da população economicamente ativa. Além disso, embora em todos os grupos de países as mudanças estruturais tenham ocorrido na mesma direção, a qualidade dos serviços criados nos países de rendas mais altas é diferenciada daqueles criados nos países de rendas mais baixa. Enquanto nos países de rendas menores os serviços gerados são geralmente de baixa relação capital/trabalho e destinados para consumo pessoal, nos países desenvolvidos os serviços criados são constituídos em grande parte por “serviços modernos em que a relação capital trabalho é superior e que se destinam mais intensamente ao consumo das empresas e à infra-estrutura de Transportes e Telecomunicações” (Kon, 2006, p.06).

Observa-se que houve um deslocamento do emprego industrial dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Isto ocorre em decorrência do deslocamento das atividades fabris menos complexas ao segundo grupo de países, onde a mão-de-obra tende a ser mais barata.

Há duas principais hipóteses acerca da razão do crescimento do setor de serviços na estrutura ocupacional dos países. A primeira supõe que a produtividade do setor de serviços cresce menos do que os outros setores. A outra supõe que o setor de serviços cresce porque o aumento da renda aumenta a demanda por serviços, hipótese que. Empiricamente, não se verifica em sua totalidade. (Rocha, 1997).

A maior expansão do setor de serviços comparativamente aos outros setores da economia pode ser explicada pelos diferenciais de produtividade entre os setores. As atividades do setor de serviços costumam ser mais intensivas em mão-de-obra e menos intensivas em capital, e o oposto ocorre nas atividades do setor manufatureiro. Em virtude do exposto, o aumento da produtividade do setor de serviços seria inferior ao do setor industrial, então um aumento homogêneo da demanda conduziria a um crescimento do emprego no setor terciário, em decorrência da defasagem de produtividade (Pochmann, s.d.). No entanto, alguns segmentos do setor terciário, como telecomunicações, são intensivos em capital, e por isso, a hipótese da defasagem de produtividade não se aplica a todas as atividades de serviços.

A prática da terceirização pelas empresas como maneira de reduzir os custos, em meio ao contexto de reestruturação produtiva também pode explicar, em parte, o aumento

do setor de serviços, embora essa prática gere mais deslocamento setorial do que criação de novos postos de trabalho. Assim, como afirma Santos (2004), “o crescimento da importância dos serviços nas economias capitalistas pode está menos relacionado ao processo de terceirização e mais ao aumento da interdependência da produção de bens e serviços, criado pelas novas exigências industriais”.

Apesar de a expansão de serviços ser verificada tanto nas economias capitalistas quanto nas economias em desenvolvimento, há uma diferença no processo que ocorre em cada uma. Nas economias desenvolvidas, o aumento da participação relativa das ocupações em serviços se deve em maior medida as transformações do paradigma técnico-produtivo. Aumentam as ocupações no setor que exigem maior qualificação dos trabalhadores. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento, “o crescimento do setor de serviços tem sido visto como um quadro de deficiência e atraso dos demais setores econômicos” (Santos, 2004). Dessa forma, aumenta a ocupação em serviços de baixa remuneração e de mão-de-obra pouco qualificada e no setor informal, ou sem carteira assinada.

O aumento relativo da participação do setor de serviços e redução da participação do setor manufatureiro no total das ocupações não significa a redução do emprego industrial. De acordo com Castells (2000), a redução dos postos de trabalho em indústria em alguns países é parcialmente compensada pelo aumento de postos no mesmo setor em outros países. Isto ocorreria em decorrência da não homogeneidade de características e desenvolvimento dos países. Para Pochmann, a constituição de uma nova Divisão internacional do trabalho abre oportunidades de emprego industrial em outros países, como ele afirma: “Ao contrário do que se verificou em vários países que registraram perdas relativas no total do emprego industrial, percebe-se, com base nas informações da Organização Internacional do Trabalho, que não houve diminuição no total dos postos de trabalho no setor manufatureiro, o que significa dizer que há nações que aumentam em termos absolutos e relativos a ocupação no setor secundário da economia” (Pochmann s.d.).

### 3.4 O aumento da participação feminina no mercado de trabalho

A participação feminina na força de trabalho já se verifica desde os séculos XVIII e XIX, em especial na produção rural. Em geral, as funções sociais exercidas pelas mulheres são diferenciadas daquelas exercidas pelos homens nas diferentes sociedades e épocas. (Kon, 2002). A força de trabalho feminina é geralmente voltada àquelas atividades orientadas para o lar, seja o serviço doméstico, fabricação de roupas e utensílios ou a própria procriação e criação dos filhos (Kon, 2006) A inserção da mulher no mercado de trabalho acompanha as transformações sociais e culturais verificadas nos diferentes momentos históricos.

A partir da década de 70, acompanhando as transformações capitalistas e a reestruturação produtiva, a presença do trabalho feminino passa a ser cada vez maior e mais comum em setores onde anteriormente a força de trabalho era essencialmente masculina. No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho ainda ocorre em meio a desigualdades de gênero, percebidas através dos rendimentos mais baixos auferidos pelas mulheres quando comparados com rendimentos de homens que ocupam a mesma posição e também através da grande quantidade de ocupações precárias ocupadas pelas mulheres.

Segundo Lavinias, verifica-se uma tendência a substituição de trabalhadores do sexo masculino por trabalhadoras, que apesar das semelhanças em termos de perfil da mão-de-obra, recebe uma remuneração inferior aos homens em aproximadamente 30% (Lavinias, 1997). Para a autora, “isto confirma a idéia de que as desigualdades de gênero estariam permitindo às mulheres, em meio a um processo de globalização e liberalização econômica fortemente competitiva, no qual o rebaixamento dos custos de produção é uma necessidade incessante e renovada, ampliar sua participação por serem uma mão-de-obra mais barata e — registre-se — tão eficiente quanto a masculina” (Lavinias, 1997).

A diferença salarial entre trabalhadores do sexo feminino e masculino ocorre mais em função de características sociais das sociedades do que em decorrência de fatores biológicos relacionados às diferentes habilidades ou força física entre os gêneros. Na maior parte das sociedades, o sustento da família é atribuído ao homem, enquanto às mulheres atribuem-se as tarefas domésticas (Kon, 2002).

Ao processo de reestruturação produtiva, que leva as empresas buscarem a contenção de despesas, pode-se relacionar o aumento da precariedade do trabalho feminino. Grande parte das ocupações precárias e em tempo parcial criadas nos países

capitalistas avançados em decorrência das transformações capitalistas é preenchida por mulheres (Antunes, 1997).

Uma das novidades acerca do trabalho feminino após 1970 é a diversidade das atividades por elas exercidas. Para Antunes, a classe trabalhadora convive com um enorme contingente de mulheres, não apenas naqueles setores em que a presença feminina é tradicionalmente expressiva, mas também em novos setores como a indústria de microeletrônica e o setor de serviços (Antunes, 1997). A segregação ocupacional do mercado de trabalho por sexo, mantinha a força de trabalho feminina concentrada em um restrito grupo de atividades, voltadas para serviços pessoais, serviço doméstico, administração pública, comércio e distribuição de alimentos/vestuário, indústria têxtil e de confecção e montagem de componentes eletroeletrônicos (Lavinias, 1997). Segundo Lavinias, essa separação entre atividades femininas e masculinas poderia ser:

“a razão, para muitos, de não se poder medir comparativamente o nível de produtividade feminino e masculino, nem tampouco falar de ‘salário igual para trabalho igual’, velha bandeira transnacional do movimento de mulheres. Agora, ao que parece, a mão-de-obra feminina estaria, de fato, substituindo a masculina em ramos e funções antes bastante mais sexoados. Só que a mais ampla e diversificada (por postos) mixidade no mercado de trabalho estaria se fazendo com base em uma grande redução de salários” (1997).

As novas condições do capitalismo após 1970, seja a reestruturação produtiva ou a revolução informacional, deixaram em evidência, nos países capitalistas avançados, os setores onde a presença do trabalho feminino prevalece (Kon, 2002). Nesse contexto, Kon aponta o surgimento de uma nova visão: a “feminização global através do trabalho flexível” (Kon, 2002). A partir de uma análise de Standing a autora coloca que “as tendências unificadas, tanto de países mais avançados como em desenvolvimento, de que o trabalho feminino fazia parte das estratégias do empregador para poder diminuir salários e aumentar seu controle sobre o mercado de trabalho interno (na empresa) e externo”. A estratégia aproveitava a situação de marginalização da mulher no mercado de trabalho e também a idéia de que as mulheres são mais “dóceis” e “domesticáveis”, o que facilitaria as relações de trabalho. (Kon, 2002).

O aumento da participação feminina nas ocupações industriais tem razões diferentes nos países avançados e nos países em desenvolvimento. Enquanto nos países avançados, o processo de feminização ocorre paralelamente ao processo de desindustrialização, “nos países em desenvolvimento esse aumento se deve apenas em parte às mudanças culturais, demográficas e econômicas voltadas à modernização social e

ao desenvolvimento econômico, porém observa-se também que mesmo em períodos de crises sócio-econômicas conjunturais, a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado como consequência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar”. (Kon, 2002).

Apesar do aumento da proporção de mulheres trabalhando, é perceptível que as desigualdades entre os gêneros no trabalho permanecem acentuadas. O diferente papel social entre homens e mulheres acaba levando as mulheres a assumir ocupações mais instáveis, de menor qualidade e remuneração.



## **CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DE 1990 A 2005**

### **4.1 Introdução**

Após 1980, o esgotamento do modelo de crescimento baseado na substituição de importações conduz a diversas transformações na economia brasileira e na inserção do Brasil na economia mundial. Na última década, o processo de reestruturação produtiva que já ocorria nos países desenvolvidos desde 1970, atinge também o Brasil. Ao mesmo tempo, políticas neoliberais vão ganhando força e moldando a economia do país.

Em meio a tantas transformações, o mundo do trabalho não poderia ficar indiferente. As novas práticas e reformas organizacionais nas empresas trouxeram diversas conseqüências aos trabalhadores de todo o Brasil.

A primeira seção deste capítulo discute, em linhas gerais, o cenário econômico do país e a sua inserção na economia global após 1990. A terceira seção traz uma breve discussão sobre o mercado de trabalho no Brasil. A seguir, serão analisados indicadores do mercado de trabalho que podem nos ajudar a identificar a intensidade, no mercado de trabalho brasileiro, das principais tendências do mundo do trabalho analisadas em capítulo anterior.

### **4.2 O cenário econômico Brasileiro na década de 90 e a inserção do país no mundo globalizado**

O período que vai de 1930 a 1980 é marcado por uma crescente urbanização e modernização no país, apoiados no crescimento econômico liderado pela indústria e pela ação Estatal, o chamado modelo de Industrialização pela substituição de importações. Após 1980, no entanto, essa tendência é rompida. Inicia-se um período de baixo crescimento da renda per capita e elevada instabilidade nas atividades produtivas (Pochmann, 2002a). A estagnação econômica se estende por toda a década, acompanhada por vários planos econômicos para o combate a inflação e a retomada do crescimento que não obtiveram sucesso duradouro.

Na década de 90, a economia sofre mudanças e reformas que vão alterar significativamente o modelo de crescimento econômico do país. A reestruturação produtiva que já há duas décadas começava a atingir os países desenvolvidos atinge agora o Brasil e outros países em desenvolvimento. A abertura comercial e financeira, a privatização de empresas Estatais, a transformação do papel do Estado na economia, estiveram no centro das mudanças que inseriram o Brasil no mundo globalizado.

A raiz destes processos se encontra nos anos 80, quando as políticas neoliberais passaram a ganhar força, e em especial em 1989, com o Consenso de Washington, que impusera a adoção de políticas neoliberais pelos países em desenvolvimento. Foi em meados da década de 80, na Nova República de Sarney, que tiveram inícios as primeiras mudanças organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país (Antunes, 2006). Neste período foram sentidos os primeiros impulsos da reestruturação produtiva no Brasil. As empresas passaram a adotar novos padrões organizacionais e métodos de produção em decorrência da imposição de transnacionais, do acirramento da concorrência internacional e procurando responder ao novo sindicalismo e das formas de confronto e rebeldia dos trabalhadores que procuravam estruturar-se fortemente nos locais de trabalho. (Antunes, 2006).

Em 1989 é eleito o primeiro presidente pelo voto direto, Fernando Collor de Mello, que apresenta uma agenda neoliberal ao país, propondo um novo modelo de crescimento (Barros de Castro, 2005; Mercadante, 1998). Este novo modelo, proposto por neoliberais baseava-se em reformas estruturais liberalizantes como a abertura comercial e financeira e a privatização de empresas estatais, que deveriam implicar em elevações da produtividade do trabalho e competitividade de maneira a inserir a economia brasileira no cenário internacional, aproveitando os benefícios das inovações tecnológicas e assim retomar o crescimento econômico. Como explica Fedrigo (2001):

“Foi assim que no limiar da década de 1990 o governo brasileiro iniciou um processo de liberalização irrestrita da economia. Em que pese as resistências da sociedade à subordinação às recomendações dos organismos multilaterais pelas reformas estruturais liberalizantes, paulatinamente, os responsáveis pela política econômica foram colocando fim aos controles administrativos nos programas de importações das empresas, eliminando ou reduzindo barreiras não-tarifárias e tarifas alfandegárias sobre as importações, flexibilizando a política cambial e financeira, reduzindo e redefinindo o papel do Estado na economia etc. Numa alusão à idéia que, de fato, no contexto da globalização o desenvolvimento seria subproduto do neoliberalismo, esperavam não só estabilizar a moeda, mas atrair novos investimentos estrangeiros, embarcar na Terceira Revolução Industrial, elevar a produtividade do trabalho e o grau de competitividade, aprofundando a performance comercial da economia, bem como retomar o crescimento econômico e o desenvolvimento. (p. 49).

Tais reformas contribuíram para impulsionar a reestruturação produtiva no Brasil na década de 90, quando se desenvolveu intensamente no Brasil por meio da implementação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production* dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas. (Antunes, 2006, p. 18).

As políticas econômicas no início da década de 90 tiveram por objetivo principal o combate à inflação. A estabilidade econômica, entretanto, só foi alcançada em 1994, com o Plano Real. O sucesso do plano, porém, em certa medida, se deve as reformas adotadas desde o final da década de 80, como a abertura comercial e financeira, e a redução das funções do Estado, além de um contexto internacional favorável devido a abundância de liquidez (Arienti & Campos, 2003). O novo modelo de crescimento que se pretendia adotar pressupunha que a abertura comercial levaria a uma redução dos preços internos, já que as empresas, agora, também teriam que enfrentar a concorrência externa. Da mesma forma, acreditava-se que a abertura comercial também teria efeitos positivos sobre a produtividade das empresas nacionais. Nesta perspectiva, a abertura comercial levaria ao mesmo tempo ao crescimento das importações e conseqüentemente a um aumento do déficit comercial, que teria que ser financiado pela entrada de capitais externos.

Assim sendo, o cenário internacional de elevada liquidez constituiu elemento fundamental no processo de abertura comercial e êxito do Plano Real, como explica Arienti & Campos (2003):

“Foi, contudo, exatamente a abundância internacional de capitais que tornou possível tanto a implementação do Plano Real quanto a abertura comercial. Por um lado, o crescente déficit na balança comercial pode ser financiado com a entrada de capitais externos. Por outro, a elevada entrada de capitais permitiu o acúmulo de reservas condição indispensável para a utilização da taxa de câmbio como âncora nominal.” (p. 51).

A fim de garantir a entrada de capitais externos na medida certa para financiar os déficits comerciais, foi necessária uma série de medidas institucionais favoráveis à entrada e saída de capitais, além da elevação da taxa de juros que tornaria o país mais atraente ao capital internacional (Arienti & Campos, 2003, p. 48).

Apesar do sucesso no combate a inflação, o Plano Real não obteve o mesmo êxito no que diz respeito ao crescimento econômico, que desde 1980 já não apresentava um bom desempenho. De 1980 a 1991, o PIB cresceu em média apenas 1,5% ao ano, entre 1991 e

2005 a média foi um pouco maior, 2,8% ao ano, mas em ambos os períodos as baixas taxas de crescimento contrastam com as altas taxas de crescimento do produto registrados em períodos anteriores a 1980.

Como pode ser observado na tabela seguinte, o desempenho do PIB durante a década de 90 foi bastante variado. Os piores desempenhos foram observados no início da década, quando a política econômica levou a uma forte contração dos gastos do governo e também a tomada dos recursos da poupança pelo governo, o que justifica também o baixo investimento do período.

Entre 1993 e 1997, a variação do produto cresceu amparada, principalmente, no aumento das importações, investimento externo e endividamento interno e externo, além da estabilização econômica alcançada após 1994.

Em relação à variação do PIB per capita, observa-se uma trajetória similar. A variação só foi positiva nos anos entre 1993 e 1997 e em 2000, 2004 e 2005, ou seja, nos anos que o produto apresentou as variações mais elevadas.

**Tabela 1:** Variação do PIB e do PIB per capita entre 1990 e 1995.

<b>Ano</b>	<b>Variação PIB</b>	<b>Variação PIB per Capita</b>
1990	-4,35%	-7,10%
1991	1,03%	-0,70%
1992	-0,54%	-2,20%
1993	4,92%	3,30%
1994	5,85%	4,20%
1995	4,22%	2,60%
1996	2,66%	1,10%
1997	3,27%	1,70%
1998	0,13%	-1,40%
1999	0,79%	-0,70%
2000	4,36%	2,80%
2001	1,31%	-0,20%
2002	1,93%	0,40%
2003	0,54%	-0,90%
2004	4,94%	3,40%
2005	2,28%	0,80%

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2005

Observa-se no período insuficientes taxas de formação bruta de capital em relação ao PIB, que revelam baixa capacidade de ampliação do parque produtivo brasileiro (Pochmann, 1999, p.82).

**Tabela 2:** Evolução do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no período de 1990 a 2005.

Ano	FBCF em relação ao PIB a preços correntes	Crescimento do PIB real
1990	20,7	-4,35%
1991	18,1	1,03%
1992	18,4	-0,54%
1993	19,3	4,92%
1994	20,7	5,85%
1995	20,5	4,22%
1996	19,3	2,66%
1997	19,9	3,27%
1998	19,7	0,13%
1999	18,9	0,79%
2000	19,3	4,36%
2001	19,5	1,31%
2002	18,3	1,93%
2003	17,8	0,54%
2004	19,6	4,94%
2005	19,9	2,28%

**Fonte:** Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2005

As transformações na economia brasileira na década de 1990 tiveram efeitos positivos sobre a inflação e captação de recursos externos, porém, no que diz respeito ao crescimento econômico e o mundo do trabalho os resultados não foram satisfatórios. O baixo crescimento econômico e do PIB per capita e reduzido nível de investimentos no período não foram capazes de gerar ocupações para a crescente população em busca de emprego. Além do aumento do desemprego, as formas mais precárias de ocupação tornam-se cada vez mais comuns, em decorrência do processo de reestruturação produtiva das empresas, que obriga as empresas a adotarem contratos de trabalhos mais flexíveis. Foi neste período que o mundo do trabalho experimentou as piores condições já registradas na história do país.

### 4.3 Aspectos gerais do mercado de trabalho no Brasil

Desde 1980, a evolução do mercado de trabalho brasileiro tem sido muito diferente daquela do período entre a década de 30 e a década de 70. Nesse período, os empregos assalariados e registrados apresentavam uma trajetória ascendente, enquanto as ocupações por conta própria, sem remuneração e o desemprego eram menos evidentes (Pochmann, 1999).

A tendência é rompida na década de 80, época de estagnação econômica e hiperinflação, que forçou o rompimento do modelo de crescimento e a adoção de medidas macroeconômicas que não favoreceram o bom desempenho econômico. Nos anos 90, os sinais de desestruturação do mercado de trabalho ficaram ainda mais evidentes do que na década anterior.

Historicamente, o nível de emprego no país acompanhou a variação do produto, ou seja, em períodos de retração econômica foi observada queda nas taxas de ocupação, porém, com a retomada do crescimento, as taxas de ocupação passavam a níveis superiores. No período mais recente, o nível de emprego acompanha o produto com menos intensidade, aumentando instabilidade no trabalho e as incertezas das decisões empresariais (Pochmann, 1999, p.83).

Observando o gráfico a seguir, podemos identificar diferentes subperíodos com movimentos diversos na relação entre PIB e nível de emprego. Durante a recessão econômica entre 1990 e 1992 o produto caiu 3,9% e o desemprego subiu 130%. No período, a abertura econômica permitiu que o país fosse inundado por produtos importados enquanto a produção interna se reduzia. (Pochmann, 2006, p.69).

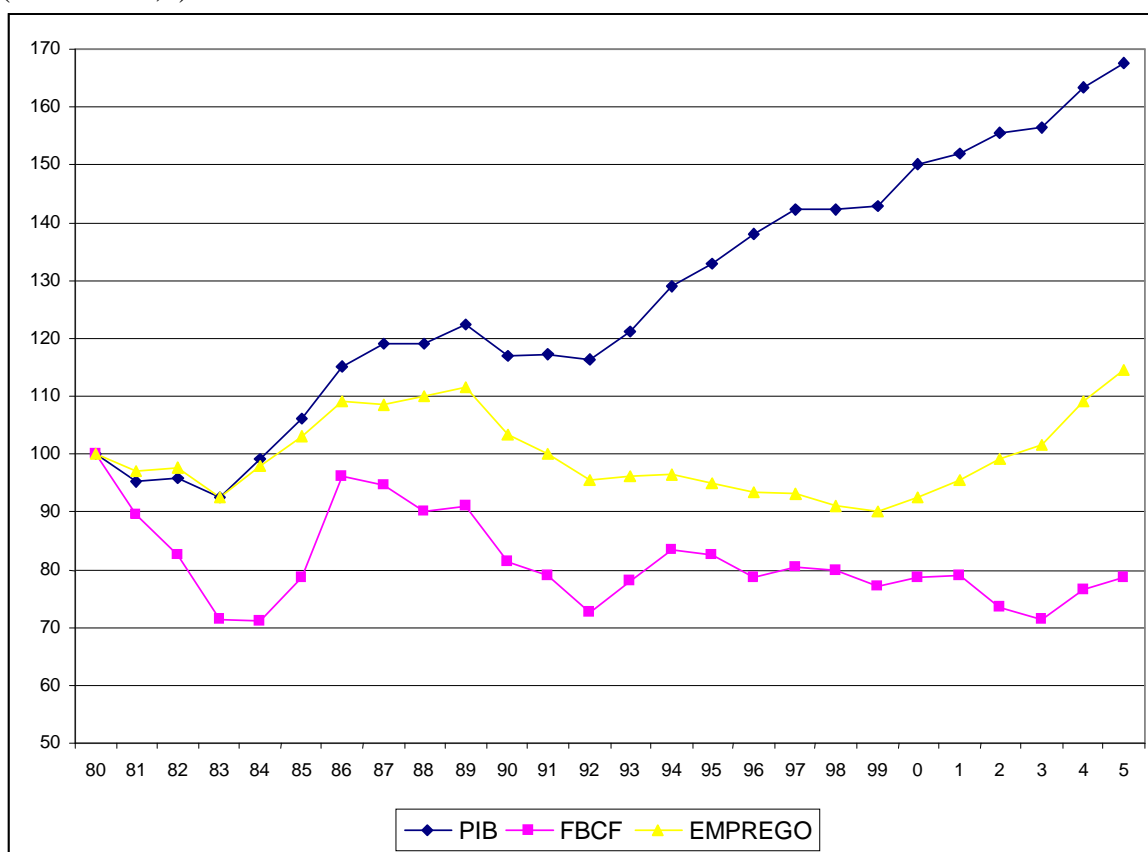
Mesmo o fim da recessão após 1992 não foi capaz de recriar os empregos perdidos. Entre 1993 a 1997, há certa recuperação da economia, no entanto o desemprego cresceu 18% (Pochmann, 2006, p.69). O período foi marcado pela estabilidade econômica e valorização cambial, o que contribuiu ainda mais para o aumento das importações. O consumo interno cresceu, especialmente o de bens duráveis, porém, de acordo com Pochmann, sem garantir condições para sustentar maior produção interna ou gerar mais ocupações (Pochmann, 2006, p.69).

No período seguinte, 1998 a 1999, houve uma nova redução no nível de atividade econômica e nova elevação da taxa de desemprego. No período, a economia do país ficou

fragilizada em decorrência do acordo com o FMI, da crise na Rússia e da alteração do regime cambial (Pochmann, 2006, p. 70).

Entre 2000 e 2004, o PIB acumulado aumenta 13,8 % e ocupação apenas 10,6% (Pochmann, 2006, p.69). Alguns estudos apontam, entretanto, uma modesta recuperação do emprego, sobretudo o emprego formal o que significa uma reversão da tendência observada durante a década de 90 (Baltar, 2006; Dedecca, 2006; Pochmann, 2006a; Santos, 2006). Essa reversão ocorre principalmente em decorrência da desvalorização cambial a partir de 1999 e do aumento do comércio mundial no período.

**Gráfico 5:** Evolução dos índices do PIB, dos investimentos (FBCF) e do emprego formal (1980 – 100,0).



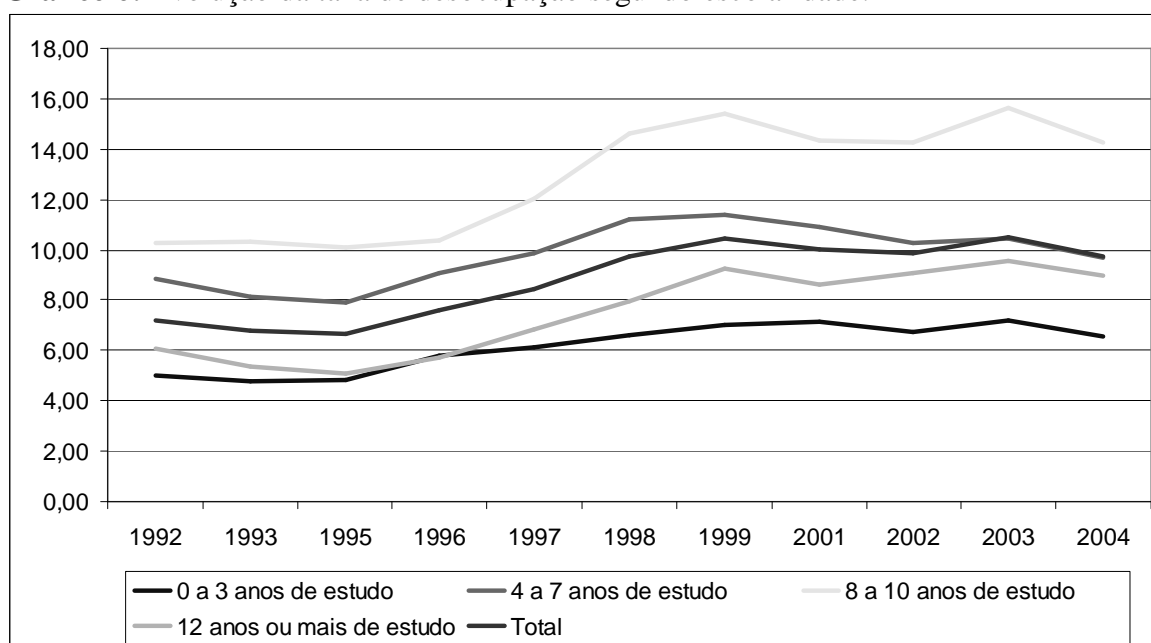
Fonte: Pochmann, 2006a.

Segundo Pochmann, (2006) não há consenso sobre as causas do desemprego no Brasil. No entanto, é possível identificar algumas razões estruturais para o fenômeno, como as baixas taxas de expansão da economia brasileira e evolução de um novo modelo econômico após 1990. O avanço tecnológico só pode explicar o desemprego localizadamente, já que o processo só atingiu as grandes empresas.



Na década de 90, além do aumento do desemprego a níveis nunca antes vistos e em quase todos os segmentos sociais, observou-se um aumento nas formas de trabalho informais e não assalariadas e também que as ocupações criadas costumam ser de menor qualidade do que aquelas destruídas. Isso quer dizer que a maior parte da população economicamente ativa está inserida no mercado de trabalho através de ocupações não assalariadas, de baixa produtividade e de precárias condições de trabalho. A maior parte dos empregos criados consiste em ocupações sem remuneração, por conta própria, autônoma, trabalho independente, de cooperativa, entre outras. Além disso, observa-se uma alteração na composição do desemprego, que passa a atingir também a população de maior escolaridade, níveis hierárquicos superiores e maior remuneração (Pochmann, 2006). Conforme dados do PNAD, a taxa de desocupação é maior para as populações entre 4 e 10 anos de estudo, conforme pode ser observado no gráfico seguinte:

**Gráfico 6:** Evolução da taxa de desocupação segundo escolaridade.



Fonte: PNAD, elaboração da autora<sup>2</sup>.

A respeito da ocupação por níveis de escolaridade, observa-se que a população sem escolaridade ou com até três anos continua perdendo participação no total da população ocupada. (tabela 3). A perda de participação deste grupo na ocupação total variou quase 16 pontos percentuais no período. Do outro lado, a participação das pessoas com mais de 12 anos de estudo passou de 19,40% a 35,81%. Este fato pode demonstrar que é cada vez

<sup>2</sup> Faz-se importante lembrar que os dados da PNAD para os anos de 1998 e 1999 podem apresentar uma margem de erro maior em relação aos anos anteriores, devido aos motivos já explicados na metodologia deste trabalho.

mais difícil para a população com baixo nível de escolaridade encontrar emprego, num mercado de trabalho que não é capaz de absorver o aumento da PEA.

**Tabela 3:** Participação na ocupação por nível de escolaridade.

Ano	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	12 anos ou mais de estudo
1992	35,51%	32,54%	12,54%	19,40%
1993	33,95%	33,18%	12,81%	20,06%
1995	31,79%	33,26%	13,49%	21,46%
1996	29,43%	32,43%	15,07%	23,07%
1997	29,17%	32,11%	14,66%	24,05%
1998	27,92%	31,37%	15,31%	25,41%
1999	26,90%	31,17%	15,73%	26,20%
2001	23,83%	29,55%	16,48%	30,14%
2002	22,30%	29,15%	16,43%	32,12%
2003	20,89%	28,11%	16,90%	34,10%
2004	19,66%	27,19%	17,33%	35,81%

Fonte: PNAD, elaboração da autora.

As altas taxas de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro demonstra a sua alta flexibilidade. De acordo com Deddeca (1997), mesmo as mudanças na legislação trabalhista estimuladas pela redemocratização do país e consolidadas na Constituição de 1988, as empresas continuam tendo muita liberdade para contratar, usar, remunerar e dispensar a mão-de-obra (p.98). Para Pochmann (2002), a alta rotatividade indica a flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho (ausência de confiança entre as partes, pouco envolvimento dos empregados com as metas de produção e a facilidade dos empregadores em adaptar o nível de emprego às flutuações da economia exigem da oferta de trabalho uma rotina de convivência com diferentes empregos e empregadores).

Analisando o processo de reestruturação produtiva nos bancos, Antunes, percebe que o crescente desemprego e precarização do trabalho levam os trabalhadores do setor a desenvolver uma formação geral e polivalente, na tentativa de manter o seu vínculo empregatício, sendo submetidos à sobrecarga de tarefas e a jornadas de trabalho extenuantes. Além disso, os empregados estão mais suscetíveis a problemas de saúde no

espaço de trabalho, como a LER (lesão por esforço repetitivo), que se configura como uma doença típica da era da informação. (Antunes, 2006, p.21).

#### 4.4 A informalidade no mercado de trabalho brasileiro

Embora nos anos 80 as políticas macroeconômicas não tenham permitido uma drástica queda no nível de emprego mesmo com a estagnação do produto, houve significativas alterações na composição da PEA assalariada com e sem carteira. (Pochmann, 1999, p. 72).

Nos anos 90 se observa um processo de eliminação de empregos com registro e a expansão do número de trabalhadores por conta própria. O alto grau de informalidade<sup>3</sup> estaria relacionado, em maior medida, a fatores estruturais do que a fatores cíclicos. Além disso, o aumento da informalidade no mercado de trabalho também está diretamente relacionado a transformação da estrutura setorial, ou seja, a expansão do setor de serviços, caracterizado por alto nível de informalidade, e a retração de um setor que apresenta grande parte de suas ocupações formais, a indústria (Ulyssea, 2005, p.10).

O exame da tabela 4 permite-nos observar a evolução dos ocupados no Brasil. Observa-se que a parcela de trabalhadores protegidos apresentou movimento não uniforme. Até 1999, a participação de trabalhadores protegidos no total dos ocupados declinou, no entanto, após esse período observa-se uma modesta recuperação das ocupações com registro. Em contrapartida, a participação de trabalhadores sem carteira assinada em 2004 foi aproximadamente 2 pontos percentuais maior do que o registrado em 1992. A participação dos trabalhadores por conta própria aumenta até 1999, e após esse ano, passa a

---

<sup>3</sup> Não existe na literatura um consenso acerca da definição de emprego informal. Em geral, a informalidade refere-se aos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, ou a ausência de proteção trabalhista. No entanto, em alguns trabalhos a definição pode estar associada a contribuição ou não a previdência. Neste trabalho, utilizamos a definição I da PNAD: (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria). O conceito de grau de informalidade utilizado neste trabalho também é a definição I da PNAD: percentagem dos “trabalhadores informais” em relação ao total dos “trabalhadores informais” e “trabalhadores protegidos”. Considerou-se como “*trabalhador informal*” a pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que era empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada ou conta própria. Considerou-se como “trabalhador protegido” a pessoa de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que era empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar ou estatutário.

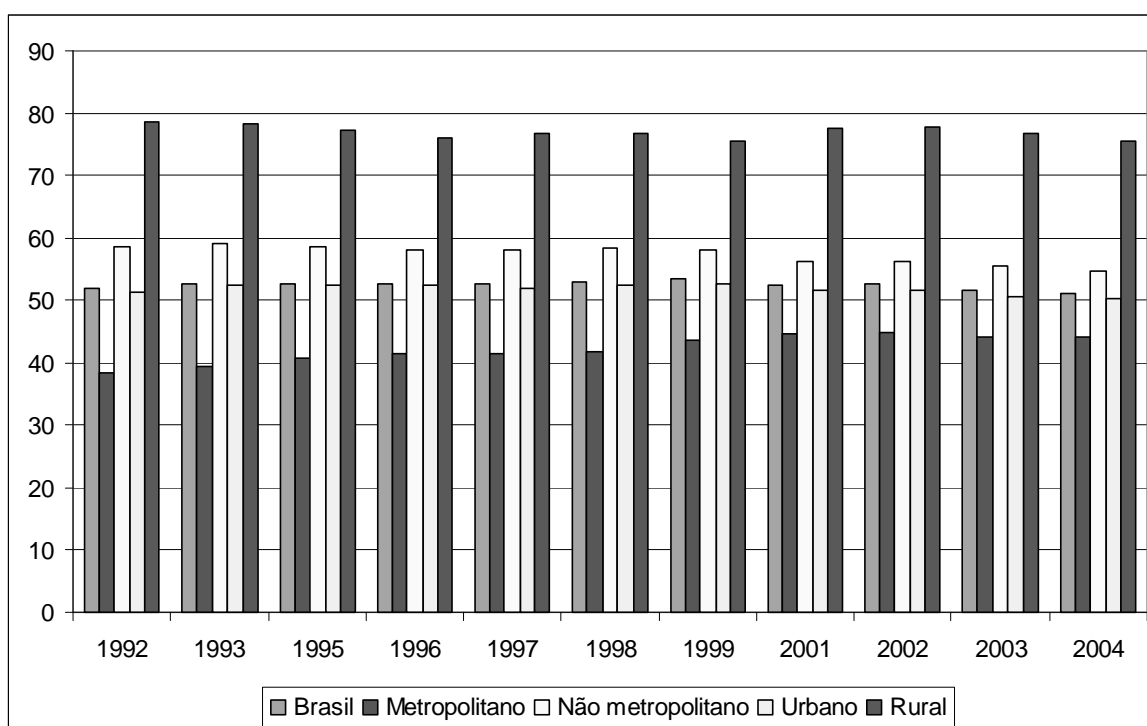
ter uma queda significativa. Em 2004, registrou-se que a participação desses trabalhadores foi inferior a participação de 1992.

**Tabela 4:** Participação dos ocupados no Brasil segundo posição na ocupação (em %).

	Trabalhadores Protegidos	Sem Carteira de Trabalho Assinada	Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados
1992	39,24	23,53	23,10	3,92	10,21
1993	38,70	24,33	23,03	3,79	10,15
1995	38,63	23,66	23,95	4,18	9,57
1996	39,44	24,43	23,54	3,87	8,72
1997	38,99	24,13	24,01	4,26	8,61
1998	38,80	24,31	24,30	4,31	8,28
1999	38,09	24,27	24,58	4,32	8,74
2001	39,91	25,44	23,49	4,44	6,71
2002	39,80	25,60	23,48	4,48	6,65
2003	40,81	24,79	23,61	4,43	6,36
2004	41,62	25,32	22,89	4,36	5,80

Fonte: PNAD

Segundo dados da PNAD, o grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro permanece praticamente sem alterações no período. Em 1992 o grau de informalidade registrado pela pesquisa foi de 51,9%, enquanto em 2004, o grau teve pequena queda, ficando em 51,2%. O maior grau de informalidade registrado no período foi em 1999, quando chegou a 53,5%. O gráfico e a tabela a seguir também permite-nos observar que a informalidade cresceu em maior medida nas regiões metropolitanas, cerca de 6 pontos percentuais, enquanto nas regiões não metropolitanas o índice declinou quase 4 pontos percentuais. Faz-se importante notar, que a maior parte da PEA se encontra nas regiões metropolitanas do país.

**Gráfico 7:** Grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro (em %).

Fonte: PNAD, elaboração da autora.

**Tabela 5:** Grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro (em %).

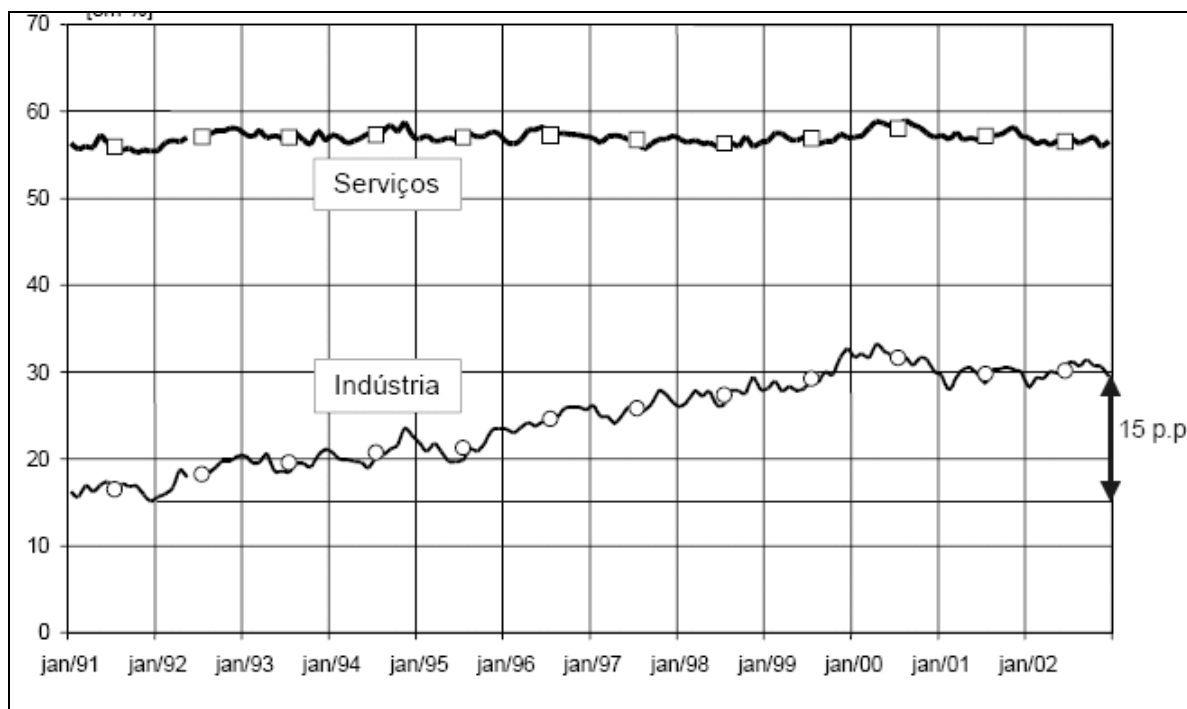
Anos	Brasil	Metropolitano	Não metropolitano	Urbano	Rural
1992	51,9	38,3	58,5	51,3	78,5
1993	52,7	39,3	59,2	52,4	78,4
1995	52,7	40,7	58,6	52,3	77,4
1996	52,6	41,4	58,1	52,5	76
1997	52,7	41,6	58,1	52	76,9
1998	53	41,8	58,4	52,5	76,7
1999	53,5	43,7	58,2	52,6	75,6
2001	52,5	44,6	56,4	51,5	77,6
2002	52,6	45	56,4	51,5	77,8
2003	51,7	44,1	55,4	50,7	76,9
2004	51,2	44,1	54,7	50,2	75,6

Fonte: PNAD

Considerando a informalidade na indústria e serviços, podemos observar no gráfico 8 que o nível de informalidade no setor de serviços se manteve sempre acima de 50% ao

longo do período e não teve variações bruscas entre 1991 e 2002. No entanto, o setor industrial, embora tenha níveis bastante inferiores ao setor de serviços, apresentou crescimento de aproximadamente 15 pontos percentuais, superando os 30% em 2002.

**Gráfico 8:** Evolução mensal do grau de informalidade: setor de serviços e indústria de transformação (em %).



Nota: Os quadrados brancos indicam as médias aritméticas para cada ano.

Fonte: Ramos & Ferreira, 2005.

#### 4.5. A evolução setorial do emprego no Brasil

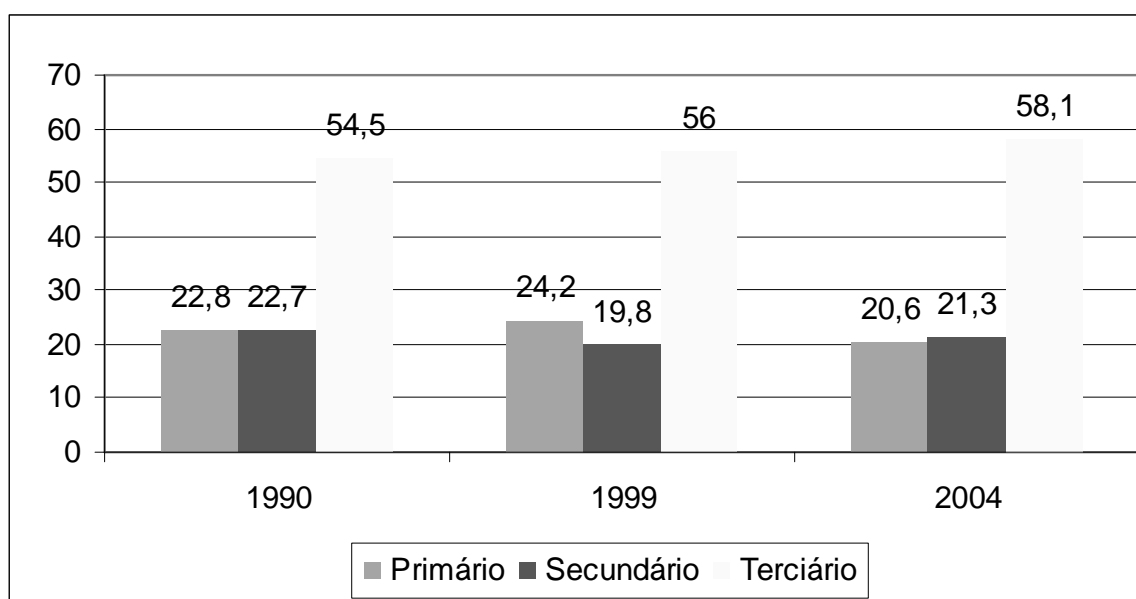
Após o início do processo de reestruturação produtiva no Brasil observam-se algumas transformações significativas na estrutura ocupacional do país. Na década de 90, o parque industrial perdeu o dinamismo observado nos anos 70 e os trabalhadores passam se concentrar nas ocupações de serviços. Os setores primário e secundário passam a ter cada vez menor participação relativa nas ocupações. Ao mesmo tempo, percebe-se um aumento relativo de pessoal ocupado em ocupações mais modernas, como ocupações profissionais e técnicas, gerenciais e administrativas, e também nas ocupações menos avançadas em termos de tecnologia e de relação capital /trabalho. (Kon, 2006).

Nos anos 70, a queda do número de ocupações no setor primário foi bastante acentuada. A mão-de-obra dispensada desse setor foi absorvida principalmente por atividades manufatureiras e da construção civil. Na década de 80, os serviços passaram a absorver tal mão-de-obra, o que se intensificou na década de 90, quando além da queda das ocupações no setor primário, observou-se queda das ocupações industriais. Kon, (2006) explica que:

“nos anos 1990 a produtividade teve um comportamento positivo nos setores Agropecuário e Secundário, e com maior intensidade no primeiro, embora a população ocupada neste último mostrasse taxas anuais negativas, ou seja, diminuição de postos de trabalho disponíveis. No entanto no setor Terciário da economia, a absorção de trabalhadores se deu a taxas anuais superiores do que nos demais setores, no entanto o produto por trabalhador apresentou um decréscimo, o que significa que os postos de trabalho gerados se revestiram de baixa remuneração e qualidade” (Kon, 2006).

O exposto pode ser observado no gráfico 9, onde se percebe que houve aumento das ocupações no setor terciário e queda das ocupações dos demais setores na década de 90 e início dos anos 2000, conforme a tendência já iniciada a partir dos anos 70. Desde o início do período, as ocupações do setor de serviços correspondem a mais da metade dos postos de trabalho no país. No fim do período, além da absorção da mão-de-obra em serviços, observa-se uma leve recuperação das ocupações do setor industrial, em detrimento do setor primário.

**Gráfico 9:** Distribuição da população ocupada segundo grandes setores no Brasil em anos selecionados.



Fonte: Kon (2006).

Como nas economias avançadas, observou-se decréscimo absoluto e relativo dos postos de trabalho do setor industrial (observado com maior intensidade na indústria de manufaturas e parcialmente compensados pelo setor da construção civil) no país. No entanto, como explica Pochmann, no Brasil não foi verificada o mesmo peso da ocupação industrial do que nos países avançados. Apesar da tendência similar, é preciso considerar as diferentes bases de evolução do desenvolvimento industrial do Brasil e destes países (Pochmann, 1999, p.56).

A tabela seguinte indica a percentagem da PEA ocupada em cada segmento específico de atividade. Mais uma vez, confirma-se o significativo decréscimo relativo das ocupações agrícolas na ocupação total. Em contrapartida, as atividades que mais cresceram nas ocupações foram o comércio e os serviços.

**Tabela 6:** Ocupados segundo os setores de atividade em percentagem.

<b>Setor de Atividade</b>	<b>1992</b>	<b>1997</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Agricultura	24,36	20,63	16,97	16,58	16,26
Indústria	16,59	15,53	14,93	15,10	15,54
Construção	6,60	7,09	7,29	6,72	6,60
Comércio	15,84	16,97	17,92	18,51	18,30
Administração Pública	5,08	4,99	5,17	5,26	5,30
Serviços	18,44	20,08	21,68	21,41	21,81
Outras atividades	12,74	14,41	15,77	15,92	15,91
Atividades mal definidas	0,37	0,30	0,27	0,26	0,28
Total	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD

Embora o setor terciário seja responsável pela maior parte da absorção de mão-de-obra no Brasil, há uma diferença significativa entre a expansão do setor terciário no país e das economias avançadas. Nestas, em geral, observa-se aumento de ocupações em todo o



setor de serviços, porém, enfatizam-se os serviços em produção<sup>4</sup>, que são aqueles associados ao novo paradigma técnico-produtivo, que seriam característicos das economias avançadas (Castells, 1999; Pochmann, 1999). No Brasil, diferentemente, os serviços que mais cresceram na estrutura ocupacional foram os serviços de distribuição, enquanto os serviços de produção continuam representando uma pequena parcela das ocupações, quando não uma parcela decrescente. Tal fato indica que a economia brasileira se distancia das economias avançadas no que diz respeito à expansão do padrão técnico-produtivo. (Pochmann, 1999).

Além disso, a perda dos empregos industriais e agrícolas não foi compensada pela criação dos empregos no setor de serviços nem em número nem em qualidade. O setor terciário é em grande medida responsável pelo aumento das ocupações informais e precárias a partir da década de 90.

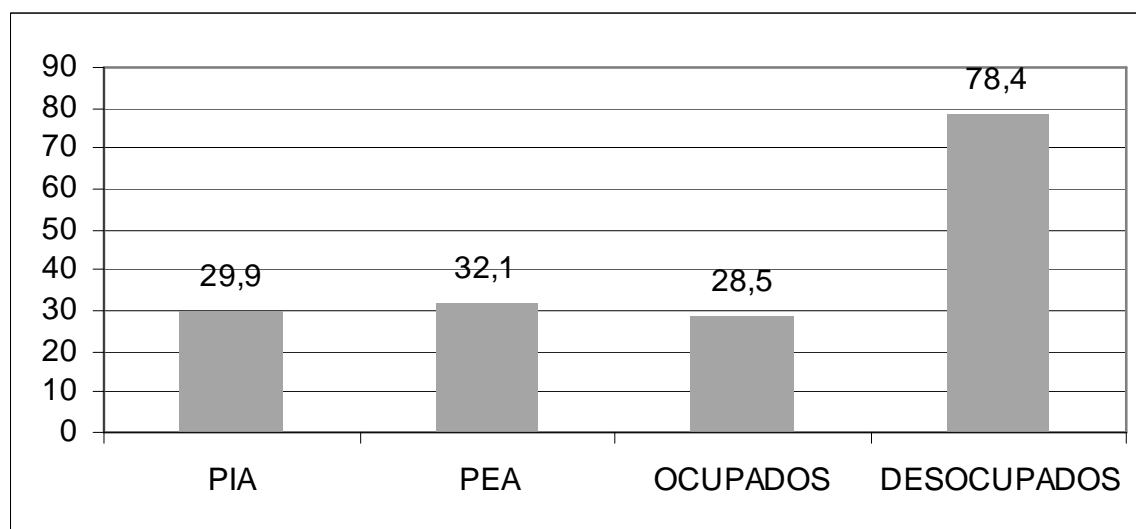
#### **4.6. A evolução da PIA, da PEA e do emprego feminino no Brasil**

Entre os anos de 1992 e 2004 a população economicamente ativa do Brasil cresceu 32,1%, crescimento pouco maior do que o crescimento da população em idade ativa. No entanto, a inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho não foi acompanhada da criação de postos de trabalhos suficientes. O número de desocupados no mesmo período cresceu quase 80%, enquanto o número de ocupados cresceu menos de 30%, como indicado no gráfico 10.

---

<sup>4</sup> Considerando a heterogeneidade do setor de serviços, alguns autores como Castells, Singelmann e Pochmann adotaram uma tipologia para analisar o setor e a evolução ocupacional, dividindo os diferentes serviços em diferentes categorias, aqui sintetizadas: a) serviços de distribuição: as ocupações referentes ao transporte, comércio e comunicação; b) serviços de produção: serviços relacionados a insumos e serviços para produção, geralmente ligados ao novo padrão técnico produtivo das sociedades informacionais; c) serviços sociais: atividades públicas e relativas ao consumo coletivo, como saúde, segurança e educação; por fim, d) serviços pessoais: ocupações de atendimento do consumo individual como lazer e alimentação.

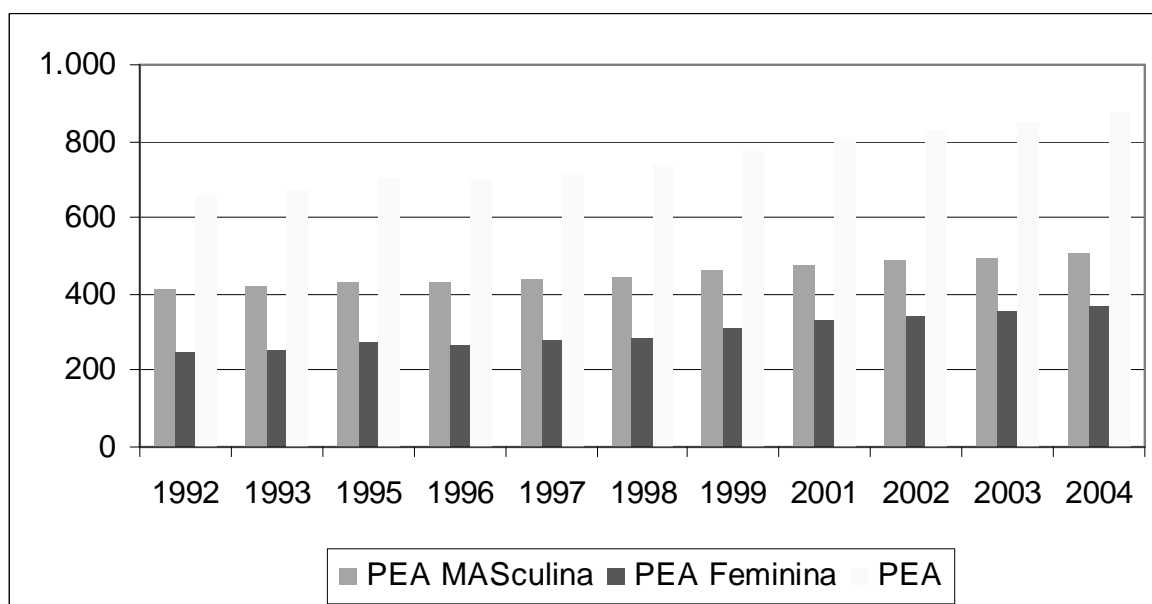
**Gráfico 10:** Variação acumulada da PIA, PEA, ocupados e desocupados no Brasil entre 1992 e 2004 (em %).



Fonte: PNAD, elaboração da autora.

Analisando a evolução da PEA mais de perto, percebemos que apesar de a participação masculina no mercado de trabalho ainda ser significativamente superior, a PEA feminina passou a ter maior participação relativa na PEA total. Em 1992, a participação da população masculina na PEA era superior a 62%. Em 2004, a participação foi pouco maior de 58%.

**Gráfico 11:** PEA total, masculina e feminina entre 1992 e 2004 (em 100.000)

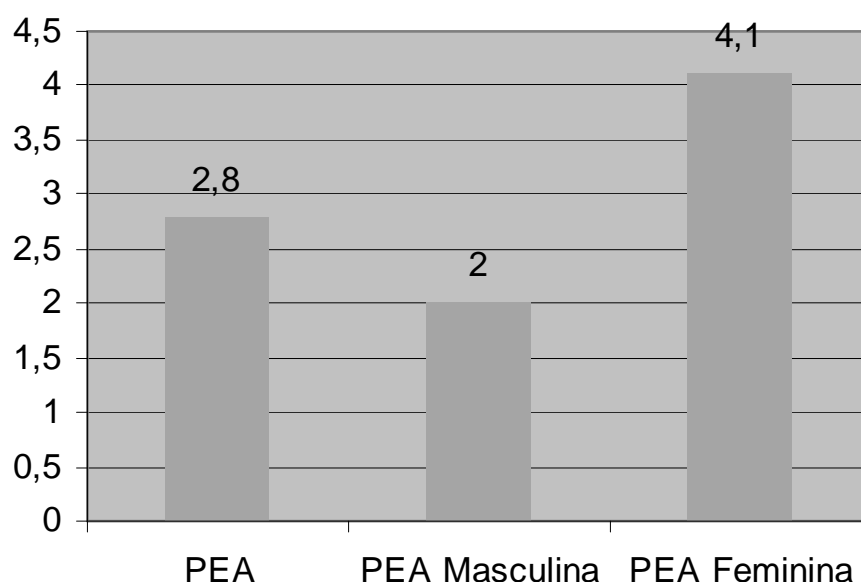


Fonte: PNAD, elaboração da autora.

Segundo Soares & Oliveira, a crescente participação feminina no mercado de trabalho, seja em números proporcionais ou absolutos, “nos permite inferir sobre a importância das mulheres como provedoras de renda no âmbito da família, acumulando esta função com aquelas tradicionalmente exercidas no espaço doméstico” (2004, p.9). Em muitos casos, as mulheres vêm-se obrigadas a deixar ou transferir as atividades domésticas para que possam exercer atividade remunerada e contribuir com o sustento da família.

Observava-se, no gráfico 12, que o crescimento da parcela feminina na população economicamente ativa é superior ao crescimento da PEA total. Esse movimento foi mais intenso nas décadas anteriores, em especial na década de 80.

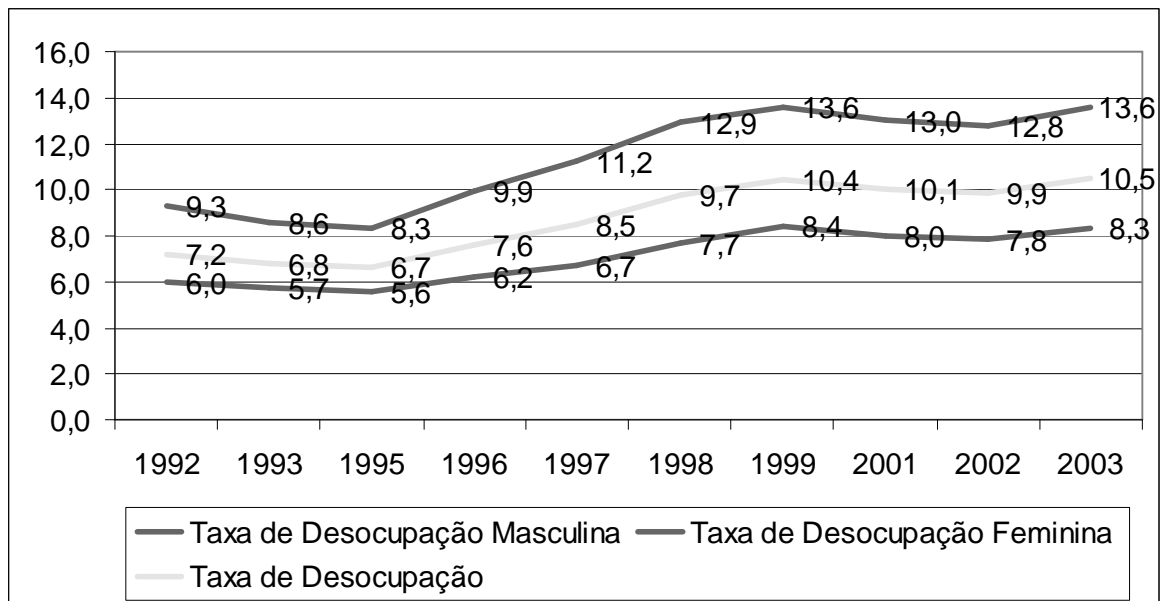
**Gráfico 12:** Taxas de variação da PEA 1992 – 2004 (em %).



Fonte: IBGE, PNAD, elaboração da autora.

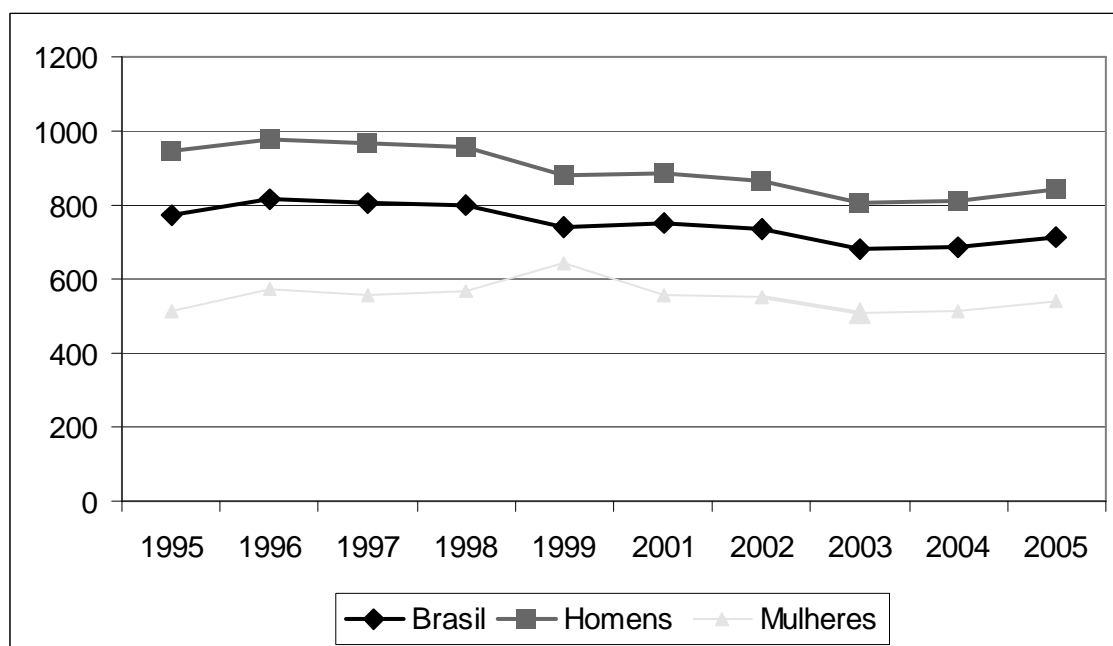
Através desta análise pode-se inferir, portanto, que a exemplo do ocorrido nos países desenvolvidos, no Brasil também foi observado um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, ainda que, esta ocorra, em grande parte, através de ocupações precárias e rendimentos mais baixos do que da mão-de-obra masculina.

O gráfico 13 indica os níveis de desocupação masculina, feminina e total. As taxas de desocupação feminina são maiores durante todo o período.

**Gráfico 13:** Evolução da taxa de desocupação segundo gênero (em %).

Fonte: PNAD, elaboração da autora.

Em relação ao rendimento médio mensal, observa-se que este apresentou pequeno crescimento em dois períodos: de 1995 a 1997 e a partir de 2003, porém, a queda nos demais períodos fez com que o rendimento registrado ao final do período fosse menor do que no início. Além disso, o rendimento feminino é inferior ao masculino, em todo o período.

**Gráfico 14:** Rendimento médio mensal real dos trabalhadores por gênero. (Em R\$)

Fonte: PNAD, elaboração da autora.

Para finalizar, registra-se que as transformações capitalistas verificadas nos países desenvolvidos a partir de 1970 atingiram o Brasil com maior vigor a partir de 1990. Foi a partir de então, que as políticas neoliberais ganharam força, contribuindo para o processo de reestruturação produtiva. A introdução de novas tecnologias e de métodos de produção flexível atingiu duramente o mercado de trabalho. Foi neste período que se verificaram as maiores taxas de desocupação da história do país, bem como intensificou-se a precarização do trabalho.

Observa-se no período que houve aumento da participação das mulheres na PEA e no mercado de trabalho, embora em menor medida do que o aumento verificado em duas décadas anteriores. Contudo, parece se verificar que foram as mulheres que sofreram em maior medida com a precarização e informalidade do mercado de trabalho. Também se verificou que o setor de serviços alcançou o maior número de ocupações no país, em detrimento das ocupações rurais e da indústria.

No que diz respeito a informalidade das ocupações, observa-se dois movimentos distintos. Na década de 90 a informalidade parece aumentar, porém, a partir de 2001, o movimento cede, e são criados mais empregos formais.

## CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 70 as mudanças tecnológicas no mundo, que permitiram a propagação da globalização, fizeram necessário que as empresas se preparassem para enfrentar o acirramento da concorrência internacional que começava a se intensificar. Os países desenvolvidos foram os primeiros a sofrer com o impacto da revolução informacional e os primeiros a adotar processos flexíveis de produção, que não substituíram de forma completa o rígido modelo de produção fordista-taylorista, mas, conjuntamente a este, levaram a uma nova configuração das relações produtivas.

As estratégias de produção flexível, como *kanban*, *just in time* e controle de qualidade total, adotadas durante o processo de reestruturação produtiva das empresas tiveram por objetivo restaurar a competitividade internacional destas. Com o mesmo fim, também foram adotadas relações trabalhistas mais flexíveis, transformando irreversivelmente não apenas a produção, mas também todo o mercado de trabalho, e, por conseguinte, a vida da população.

No mesmo período, as políticas econômicas foram adotadas de maneira a permitir e de certa forma, intensificar o novo modelo de produção. As políticas liberalizantes foram ganhando força especialmente a partir da década de 80 com a ascensão dos governos Thatcher (no Reino Unido) e Reagan (nos Estados Unidos).

Com todas essas transformações, o mercado de trabalho não ficou inerte. Novas tendências passaram a se intensificar em todo o mundo, como o aumento do desemprego em todos os segmentos populacionais, a precarização do trabalho, a feminização da mão-de-obra e a evolução do setor de serviços como setor que mais oferece ocupações na economia.

Nos países em desenvolvimento tais transformações tardaram a chegar. No caso específico do Brasil, foi a partir do início da década de 90, quando as políticas neoliberais ganharam força com o governo Collor, que tais transformações puderam ser observadas com mais vigor. O país então passou a adotar medidas liberalizantes e desregulatórias, abertura econômica e privatizações nos moldes do que sugeria o Consenso de Washington no final da década de 80.

Nas duas últimas décadas do século XX, além das transformações mundiais, a economia brasileira como um todo sofreu os reflexos dos seus problemas macro e

microeconômicos estruturais e conjunturais que exigiram políticas públicas restritivas voltadas para a estabilização, que só foi atingida após 1994 (Kon, 2006). Como não poderia deixar de ser, no país também foi necessário adotar novos processos e estratégias produtivas como maneira de enfrentar o acirramento da competitividade internacional e a crescente interação entre as economias.

O presente estudo procurou demonstrar de que maneira o mercado de trabalho foi atingido pelas transformações capitalistas mundiais. Verificou-se que além do aumento do desemprego no período, outras tendências puderam ser verificadas, como o aumento das ocupações no setor de serviços, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a crescente flexibilização e precarização do mercado de trabalho, vistas através do elevado nível da informalidade no país.

No entanto, é preciso fazer duas ressalvas. A primeira é de que no período de 1992 a 2004, a tendência não foi uniforme. Desde 1999, houve moderada reversão da tendência de aumento do desemprego e de aumento da informalidade. Além disso, tais tendências não ocorreram da mesma forma que foram verificadas nos países desenvolvidos.

Outro aspecto importante diz respeito ao nível de salários que declinou durante todo o período estudado. Além disso, percebe-se que ainda é significativa a diferença salarial entre homens e mulheres, estas auferem rendimentos médios mensais inferiores aquele recebido por trabalhadores do sexo masculino, mesmo quando ocupam cargos e ocupações similares.

No que diz respeito à evolução setorial das ocupações no país, observa-se que o setor primário teve declínio no número de ocupações em todo o período e que o maior número das ocupações criadas no período foram no setor de serviços. Este setor é caracterizado por uma menor produtividade do trabalho, o que explicaria a maior absorção de mão-de-obra e um elevado nível de ocupações informais, este último contribuindo para o aumento da informalidade na economia brasileira em geral, embora a informalidade também tenha crescido nas ocupações mais tradicionais da indústria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA, Mary Cristina de Menezes. (Re)desenhando o perfil do trabalho na sociedade da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**. v.12 n.2 2002. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/search/titles>. Acesso em: 10 Dez 2006.
- ALVES, Giovanni. Desemprego estrutural e trabalho precário na era da globalização. **Núcleo de Estudos da Globalização**. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2006.
- \_\_\_\_\_. Toyotismo e mundialização do capital. **Núcleo de Estudos da Globalização** Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/> . Acesso em: 20 nov. 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, 155p.
- \_\_\_\_\_. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: Antunes, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2006.
- ARIENTI, Patrícia; CAMPOS, Antonio C. de. Uma análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro da década de 90. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 14, n. 1(23), pp. 36-59, 2003. Disponível em:
- BALTAR, Paulo; KREIN, José Dari; MORETTO, Amilton. O emprego formal em anos recentes. CESIT, **Carta Social e do Trabalho**, n.3, jan/abr 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual. 2005. Disponível em <http://www.bc.gov.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617p.
- COUTINHO, Luciano; CASSIOLATO, José Eduardo & SILVA, Ana Lucia G. da. **Telecomunicações, globalização e competitividade**. Campinas-SP, Papirus, 1995.
- COUTINHO, Luciano. Reestruturação industrial e modernização tecnológica: impactos sobre o mundo do trabalho. CEBRAP/DESEP-CUT. **Cadernos de Pesquisa**. n.1. Junho. 1994.
- DEDECCA, Cláudio Salvatori; ROSANDISK, Eliane Navarro. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregabilidade”. CESIT, **Carta Social e do Trabalho**, n.3, jan/abr 2006.
- FEDRIGO, Laerte. A inserção do Brasil na globalização e os rumos do crescimento e do desenvolvimento. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 12, n. 1(19), p. 43-64, 2001.



GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Dec 2006. doi: 10.1590/S0103-40141997000100017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa das origens sobre a mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 349p.

\_\_\_\_\_. A globalização contemporânea. In: **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 79 – 103.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KON, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 3, 2002 p. 89-103. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pesquisar3.asp?id=918>. Acesso em: 05 Jan 2007.

\_\_\_\_\_. **Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira**. 2006. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 Jan 2007.

\_\_\_\_\_. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero. **Mulher e Trabalho**. v. 6. 2006. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf>. Acesso em: 05 Jan 2007

LASTRES, Helena M. M.. Informação e conhecimento na nova ordem mundial. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 Jan 2007.

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 Jan 2007.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 2. ed São Paulo: Cortez, 1999. 316p.

MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: Incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996.

MERCADANTE, A. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, A. (Org.). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP-IE, 1998, p.131-167.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda In: Antunes, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2006.

MINISTÈRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Estatísticas do mundo do trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.org.br>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Labour statistics**. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. <http://www.ibge.gov.br/>

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. 205p.

\_\_\_\_\_. Desempregados do Brasil. In: Antunes, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Balanco de duas décadas do emprego no Brasil**. Formação, Brasília, v.2, n.6, páginas 5 – 14, setembro/dezembro de 2002a.

\_\_\_\_\_. **Produtividade e Emprego no Brasil dos Anos 90**. (s.d.) Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>. Acesso em: 07 Jan 2007.

\_\_\_\_\_. Qualidade das ocupações no Brasil. **Carta Social e do Trabalho**, n.3, jan/abr 2006a.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 25 nov. 2006.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, c1996. 348p.

ROCHA, Frederico. Composição do crescimento dos serviços na economia brasileira: uma análise da matriz insumo-produto — 1985/92. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0522.pdf>. Acesso em: 25 jan 2007.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Microcrédito e empreendedorismo: a inserção compulsória no mercado de trabalho globalizado e flexível. **Textos para download**. 2004. Disponível em: [http://www.rededlis.org.br/textos\\_download.asp?action=lista&ordena=autor](http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=autor)  
Acesso em: 20 Nov 2006.

SANTOS, Anselmo Luis dos. Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. **Carta Social e do Trabalho**, n.3, jan/abr 2006a.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 9.ed. São Paulo: Editora Best Seller: 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998. 139p.

SOARES, Cristiane; OLIVEIRA, Sônia. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. **Econômica**. Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.5-33, 2004.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de Trabalho brasileiro: uma Resenha da literatura. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 25 nov. 2006.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: Antunes, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2006.

VIANA, Márcio Túlio. **A proteção social do trabalhador no mundo globalizado – o direito do trabalho no limiar do século XXI**. Belo Horizonte: s/n. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/globalization/MarcioTulio.htm>. Acesso em: 20 Nov 2006.